

Economistas Europeus para uma Política Económica Alternativa na Europa

– Grupo EuroMemo –

Um Novo Pacto Ecológico para a Europa - Oportunidades e Desafios

– EuroMemorandum 2020 –

Introdução

- 1 Políticas macroeconómicas da UE e as alterações climáticas**
- 2 Alterações climáticas, políticas urbanas e agrícolas**
- 3 Mercado de trabalho e políticas sociais**
- 4 Implicações da economia digital para a Europa**
- 5 Obstáculos jurídicos à transição socio-ecológica**

O presente EuroMemorandum baseia-se nas discussões e nos trabalhos apresentados na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, organizada pelo Grupo EuroMemo em cooperação com a Universidade de Paris 13, que decorreu entre 26 e 28 de setembro de 2019, em Paris, França.

Tradução de Luís Lopes e Margarida Antunes

Resumo

Introdução

A par do agravamento das desigualdades sociais, do recrudescimento de nacionalismos autoritários e da crise da governação global, a crise climática e outras situações planetárias limite necessitam urgentemente de respostas políticas abrangentes e eficazes. Um Novo Pacto Ecológico ("Green New Deal", no original), concebido de modo apropriado e entendido como um pacto político para articular um investimento massivo na conversão ecológica com uma agenda de inclusão social, poderia ser um primeiro passo para se iniciar uma trajetória de transformação socio-ecológica mais abrangente e de longo prazo. Ao contrário de propostas como a do DiEM25 e a de democratas progressistas norte-americanos, como Alexandria Ocasio-Cortez, o Pacto Ecológico Europeu, proposto pela nova Comissão Europeia, fica, no entanto, aquém de uma resposta eficaz aos atuais desafios. Os montantes de financiamento propostos são limitados, sujeitos a acordo político com os Estados-Membros e empolam as contribuições do setor privado. As políticas destinadas a assegurar uma transição justa, sem deixar ninguém para trás, continuam a ser vagas. A dimensão internacional continua presa ao paradigma da competitividade e privilegia o interesse da UE em garantir o livre acesso às matérias-primas em detrimento de propostas concretas para promover a cooperação internacional. Em última análise, um processo de transformação socio-ecológica de longo prazo terá, em todo o caso, de ultrapassar a dinâmica expansionista do capitalismo.

1. Políticas macroeconómicas da UE e as alterações climáticas

A evolução na zona euro e na economia da UE, em 2019, veio confirmar a revisão em baixa das previsões que haviam sido anunciadas no final de 2018 pela Comissão Europeia. Com efeito, a economia europeia entrou num período de baixo crescimento — baixa inflação, com alterações estruturais significativas no setor da indústria transformadora e com grandes divergências entre os Estados-Membros. A elevada incerteza é gerada tanto por fatores globais como europeus. As tensões comerciais internacionais multiplicam-se, quer devido ao confronto entre os EUA e a China em matéria de direitos aduaneiros, quer devido aos desacordos entre a Coreia do Sul e o Japão sobre bens cruciais para as cadeias de fornecimento de tecnologia, e também devido às ameaças dos EUA de impor direitos aduaneiros às importações europeias. Na frente europeia, a saída do Reino Unido da UE conduzirá a graves perturbações sectoriais nas economias europeias e implicará custos significativos, tanto para o Reino Unido como para a UE.

A zona euro não tem capacidade orçamental para se adequar à união monetária, nem é capaz de tomar medidas orçamentais discricionárias que permitam o reforço dos estabilizadores automáticos, através, por exemplo, de um esquema de seguro de desemprego, uma questão que foi levantada no passado recente, mas que foi abandonada quase instantaneamente! Com efeito, o atual impasse em relação ao orçamento da UE é revelador da dificuldade em chegar a um consenso sobre questões vitais para a sobrevivência da União.

Por outro lado, a política monetária tem-se mantido acomodatória, quando os bancos centrais de todo o mundo passaram a adotar políticas de estímulo da economia. Embora tais políticas tenham tido um efeito marginalmente positivo sobre o crescimento e a recuperação na UE28 e na zona euro, a política dos bancos centrais continua firmemente assente nas referências disfuncionais e perigosas do pensamento económico atualmente dominante, a economia "neoliberal" orientada pelo lado da oferta.

Neste contexto, as alterações climáticas devem ser colocadas no centro do debate principal. Em termos de política macroeconómica da UE, o instrumento central desta política deve consistir num programa de investimento público de grande alcance que promova a transição ecológica e social para uma economia sustentável e equitativa. Esse programa deverá promover o investimento a nível

europeu, nacional e local. As prioridades globais devem ser determinadas na sequência de um debate aprofundado no Parlamento Europeu sobre as necessidades de desenvolvimento e deve ter por objetivo inverter os acentuados desequilíbrios regionais na UE.

As decisões de detalhe sobre a afetação de recursos a nível nacional e local devem ser tomadas por organismos democraticamente escrutináveis no nível respetivo. Em cada país, um Banco Nacional de Desenvolvimento ou uma instituição similar, quer existente ou a criar, deve ser responsável pelo financiamento e pela implementação da estratégia de investimento a nível nacional e regional. O financiamento do programa deve ser mobilizado através do recurso a *Eurobonds*, a créditos do Banco Central Europeu (BCE) e a um imposto sobre as grandes empresas a nível da UE.

Por último, mas não menos importante, o mandato do BCE precisa de ser reequacionado para que possa contribuir para o combate às alterações climáticas. O BCE, com a sua vasta carteira, está em posição de excelência para assumir um papel de liderança para garantir que as alterações climáticas se concretizem de forma efetiva e eficiente.

2. Alterações climáticas, políticas urbanas e agrícolas

Dois dos problemas ecológicos mais fundamentais são as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, que estão interligados entre si. As seguintes propostas poderão contribuir para um Novo Pacto Ecológico transformador. 1) Criação de um fundo de investimento da UE, destinado a mobilizar investimentos para a transformação socioeconómica. 2) Melhorar o Regime Comunitário de Licenças de Emissão, antes da sua eliminação progressiva. O primeiro passo seria reduzir o volume das licenças de emissão disponíveis; em seguida, deveria ser introduzida uma substituição gradual das licenças de emissão por impostos ecológicos, especialmente um imposto sobre o carbono. 3) Criação de novos instrumentos, necessários à nova eletricidade. Para utilizar a eletricidade produzida a partir de energias renováveis é preciso estabilizar a oferta intermitente através de capacidades de armazenamento. A fiabilidade do fornecimento de eletricidade é um bem público e deve ser assegurada pelas autoridades públicas. 4) Outra abordagem em matéria de utilização dos solos e de silvicultura. Os incentivos à utilização da madeira como bioenergia devem ser abolidos. Uma abordagem integrada entre setores e fronteiras administrativas implicaria uma ampla aplicação da gestão baseada nos ecossistemas e de soluções alicerçadas na natureza. 5) Políticas alternativas a nível local, regional e urbano. A fim de privilegiar-se as mudanças necessárias e avaliar os efeitos dessas medidas, é necessário um conjunto de indicadores nos domínios cultural, socioeconómico e biofísico. A visualização da "roda ecológica" (*doughnut* no original, representação em forma de roda ou bolo donut em que são inscritos de forma concêntrica os elementos da problemática ecológica) regional, com os seus dezoito indicadores, poderia ajudar a elaborar um roteiro para um metabolismo social e industrial sustentável. Estes instrumentos poderiam ser utilizados para organizar um amplo debate democrático e trabalhar coletivamente num roteiro deste tipo.

3. Mercado de trabalho e políticas sociais

Com a década a terminar, tornou-se claro que a estratégia Europa 2020 não conseguiu atingir um dos seus objetivos mais centrais e importantes (e, aliás, o único objetivo real relacionado com a política social). Num contexto de "crescimento inteligente, sustentável e inclusivo", tinha sido fixado um objetivo de redução do número de cidadãos da UE em risco de pobreza em, pelo menos, 20 milhões. No entanto, a pobreza não diminuiu em muitos Estados-Membros e há ainda cerca de 113 milhões de pessoas em risco de pobreza; a política social da UE não conseguiu induzir um desenvolvimento inclusivo. Além disso, a política social e as políticas do mercado de trabalho estão inextricavelmente ligadas. Neste contexto, é alarmante que a pobreza no trabalho esteja também a aumentar na Europa. No capítulo deste ano do EuroMemorandum sobre o mercado de trabalho e as políticas sociais, a tónica inicial é colocada numa avaliação crítica da abordagem do investimento social, que se tornou bastante central na estratégia da UE em matéria de política social. Em seguida, o debate aprofunda as dimensões específicas da política social, nomeadamente uma discussão crítica sobre o

esquema italiano de "rendimento básico" e as questões da evolução da política social em função do género. A fim de participar também em sugestões concretas de alternativas, o capítulo apresenta nessa sequência um resumo de um esquema de garantia de emprego, uma proposta que não está livre de controvérsia, mas que constituiria um contraponto interessante às políticas ativas do mercado de trabalho orientadas pelo lado da oferta. O capítulo termina com sugestões adicionais e com um apelo a uma política social e de mercado de trabalho verdadeiramente social, inclusiva e sustentável.

4. Implicações da economia digital para a Europa

Com a rápida expansão da economia digital, propiciando benefícios inegáveis em vários casos, é claramente essencial suscitar questões sérias sobre as ameaças decorrentes da expansão desenfreada de um meio controlado pela tecnologia, pelo mercado e pelo lucro, antes de ajuizar sobre o lugar destas tecnologias na resposta a desafios como as alterações climáticas e a biodiversidade. As instituições da UE não o fazem de forma suficiente. O papel do Estado na orientação da trajetória da inovação e da investigação é extremamente importante no contexto de qualquer transformação socio-ecológica significativa ou Novo Pacto Ecológico, se a tecnologia tiver de ser moldada em direções que deem prioridade aos bens públicos e não ao aumento contínuo do consumo. Um problema visível e controverso associado à digitalização é o enfraquecimento ou a perda potencial da segurança social em sentido lato, dada a proliferação de formas de trabalho atípicas e precárias na economia digital, que contribuem para minar o Estado Social, a par de outros fatores. O controlo dos dados informáticos e da privacidade é fundamental. Os dados fazem parte dos bens comuns; são produzidos na esfera pública pelo público e precisam de ser defendidos contra a apropriação privada. São cada vez mais solicitados para a prestação de serviços de interesse público; os dados pessoais têm de ser protegidos contra a vigilância e o controlo tem de ser assegurado inteiramente por cada indivíduo em causa. No contexto da transformação socio-ecológica, há fortes razões para se desenvolver um conceito, acima de tudo, de vantagem cooperativa que coloque menos ênfase no crescimento económico, seja ele inteligente ou não, e dê prioridade à promoção partilhada do investimento na justiça ambiental e social, no emprego, na formação e no pleno reconhecimento das atividades sociais e familiares. A economia digital deverá vir a ter o seu lugar nesse contexto.

5. Obstáculos jurídicos à transição socio-ecológica

A transformação socio-ecológica, a médio prazo, e o Novo Pacto Ecológico, a curto prazo, exigem grandes esforços regulamentares. Atualmente, porém, observa-se, em vez disso, uma regulamentação demasiado extensa, que serve para minar, em vez de reforçar, esses esforços. As preocupações mais prementes incluem os esforços em curso para ratificar Acordos de Comércio Livre (por exemplo, UE-Mercosul), que são exclusivamente baseados no paradigma do "crescimento económico". Estes acordos incluem igualmente capítulos relativos aos direitos dos investimentos, que dão plena proteção a investimentos de indústrias poluentes que seria suposto cessarem a atividade, ou que, no mínimo, farão aumentar consideravelmente os custos públicos da transição socio-ecológica. Além disso, a UE conferiu um estatuto legal ao chamado "princípio da inovação", o que é suscetível de minar o "princípio da precaução" da UE — um princípio jurídico fundamental para a transição socio-ecológica. Do mesmo modo, a proposta da nova presidente da Comissão de "one in, one out", que é fortemente desregulamentadora, pode, por si só, bloquear a regulamentação em várias áreas grandemente necessária para um Novo Pacto Ecológico. Por último, a UE ainda não estabeleceu quaisquer regras que permitam interligar os subsídios da Política Agrícola Comum com as ambições da UE em matéria do clima, apesar de a agricultura ser responsável por cerca de 10% das suas emissões de CO₂. A UE também não tomou as medidas necessárias para ajustar as regras da concorrência e dos auxílios de Estado aos imperativos da transição socio-

ecológica. A eliminação destes obstáculos jurídicos é crucial, se a UE não quiser comprometer os esforços que está a tentar desenvolver por outras medidas políticas.

Introdução

A par do agravamento das desigualdades sociais, do recrudescimento de nacionalismos autoritários e da crise da governação global, a crise climática e outras situações planetárias limite necessitam urgentemente de respostas políticas abrangentes e eficazes. Um Novo Pacto Ecológico adequadamente concebido, e entendido como um pacto político para combinar um investimento massivo na conversão ecológica com uma agenda de inclusão social, poderá propiciar um projeto político para uma trajetória bem-sucedida de transformação socio-ecológica mais abrangente e de longo prazo. Assim, um modelo económico verdadeiramente sustentável teria de transcender a lógica expansionista do capitalismo.

A crise climática: irresponsabilidade comum, mas diferenciada?

As concentrações atmosféricas de dióxido de carbono situam-se agora em 406 partes por milhão (ppm). A última vez que ocorreu, a temperatura média da superfície global foi de cerca de 3°C acima dos níveis do final do século XIX. Os níveis do mar eram então 10-20 metros superiores aos atuais. Isso foi há cerca de três milhões de anos. Durante o período relativamente benigno dos últimos 10.000 anos, a civilização humana desenvolveu-se dentro de um corredor de mais ou menos 1°C¹. Estamos agora a mais 1,1°C, à beira de deixar o corredor (ver Gráfico 1). Se a tendência atual de 1,5% de crescimento anual das emissões de CO₂ continuar inabalável, o Relatório Especial do Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas, sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C², estima um aumento global da temperatura de 3°C, ou mais, até 2100.

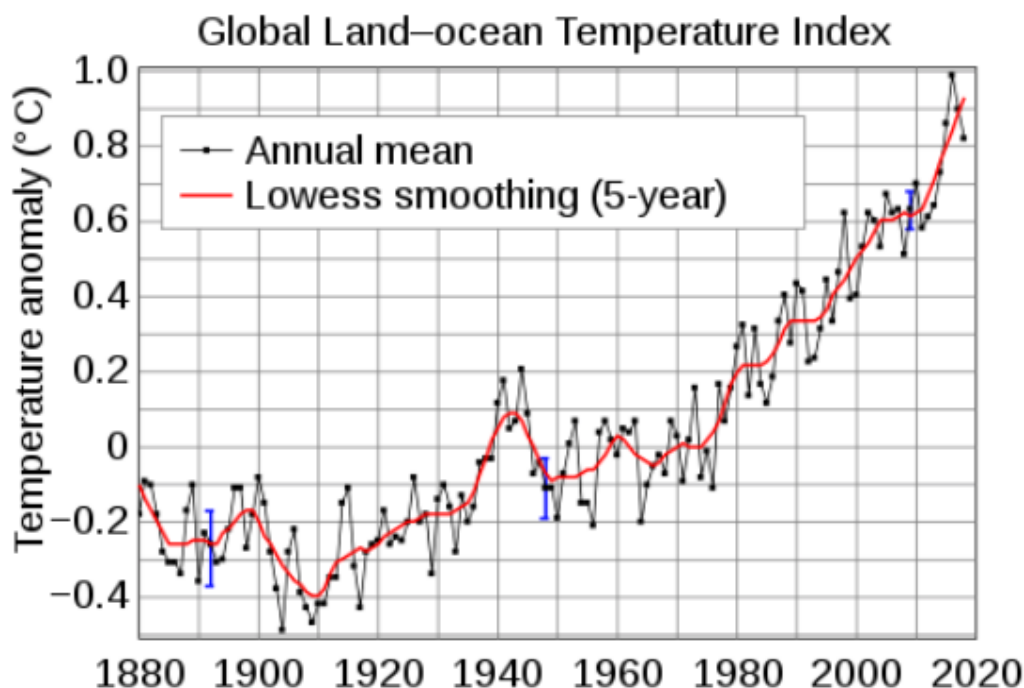
Não é por acaso que o Acordo de Paris definiu o objetivo climático como "bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais" e exigiu "esforços para limitar ainda mais o aumento da temperatura a 1,5°C". Aquele Relatório salienta a dramática diferença de impacto entre um aumento global da temperatura de 1,5°C e um aumento de 2°C. Esta subida adicional de 0,5°C duplicaria a duração das secas e mais que dobrava a ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos. Além disso, todos os recifes de coral seriam destruídos. A fim de atingir o objetivo de 1,5°C, de acordo com o *Emissions Gap Report 2019*³ do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, seria necessária uma redução anual das emissões de CO₂ de 7,6%, até 2030. Para o objetivo dos 2°C, a respetiva taxa de redução seria de 2,7% por ano. Estas metas de redução são tecnicamente viáveis, mas a questão decisiva é, evidentemente, se existe vontade política para as pôr em prática.

¹ De acordo com outras investigações, o corredor de temperatura é apenas de +/- 0,6° C. Ver J. Hansen *et al.*, Young People's Burden, Earth System Dynamics, julho de 2017, Figura 3. <https://www.earth-syst-dynam.net/8/577/2017/esd-8-577-2017.html>.

² <https://www.ipcc.ch/sr15/>.

³ <https://www.unenvironment.org/resources/emissions-gap-report-2019>.

Gráfico 1: Temperatura desde 1880



Nota: Temperatura média global da superfície terrestre entre 1880 e 2018, em relação à média de 1951-1980. A linha preta é a média anual global e a linha vermelha é a linha de regressão local em cinco anos.

Fonte: A. Oswald & N. Stern, Vox EU Blog, 17 de setembro de 2019.

Além disso, as alterações climáticas afetarão de forma desproporcionada os países do Sul Global, ou seja, as regiões do globo que não têm qualquer responsabilidade histórica pelo aquecimento global. Enquanto os 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 50% das emissões de CO₂ relacionadas com o consumo, os 50% mais pobres são responsáveis por apenas 10% dessas emissões. Há também que ter em conta que a capacidade de resiliência do Sul Global para gerir as alterações climáticas é limitada, dada a sua falta de capacidade financeira e tecnológica. Ao mesmo tempo, são legítimas as suas preferências coletivas para aumentar o seu bem-estar económico, embora esteja bem documentado que a generalização dos níveis de consumo dos países de elevado rendimento ultrapassaria os limites ecológicos do planeta.

O Acordo de Paris tenta ter em conta estes diferentes contextos com o princípio de "responsabilidades comuns, mas diferenciadas" (n.º 2 do artigo 2.º). Em termos concretos, o acordo compromete as partes a disponibilizarem fundos de financiamento climático no valor de 100 mil milhões de dólares por ano até 2020. Estes fundos serão geridos pelo Fundo Verde do Clima (FVC). A conferência de doadores do FVC, realizada em outubro de 2019⁴, comprometeu-se apenas com um magro montante de 10 mil milhões de dólares para esse fundo, dos quais cerca de dois terços com origem nos países da UE (incluindo a Grã-

⁴ https://www.greenclimate.fund/documents/20182/24868/First_replenishment_of_the_Green_Climate_Fund_Summary_pledge_table.pdf/96ea94f9-d8f7-1ce1-198c-3f7fe1f47c30.

Bretanha). Assim, o montante atualmente subscrito ascende a 2,5% dos 400 mil milhões de dólares que os países se comprometeram a angariar para o período 2020-2023⁵.

No ponto em que as coisas estão, é mais do que evidente que os compromissos internacionais de aplicação do Acordo de Paris ficam muito aquém do que é realmente necessário.

A proposta de Pacto Ecológico Europeu da nova Comissão Europeia: prejudicada pela austeridade e apegada ao mercantilismo

Nos termos do Acordo de Paris, a UE comprometeu-se a reduzir as suas emissões em 40% até 2030, em comparação com os níveis de 1990. No final de 2018, os níveis de emissões eram 23,2% inferiores aos de 1990; desde 2015, no entanto, as reduções anuais quase estagnaram. De acordo com um relatório recente da Agência Europeia do Ambiente (AEA)⁶, as atuais políticas dos Estados-Membros apenas permitirão uma redução de 30% até 2030, enquanto a aplicação de todas as políticas planeadas anunciadas poderia levar a redução total a 36% (ver Gráfico 2). Estes números sublinham claramente a necessidade de medidas adicionais.

O objetivo proclamado da nova Comissão Europeia, liderada por Ursula von der Leyen, de tornar a UE livre de emissões de carbono até 2050 e de aumentar para 55% o objetivo de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 é, por conseguinte, de saudar, em princípio. Para o efeito, a nova Comissão propõe um Pacto Ecológico Europeu (PEE)⁷. As políticas fundamentais propostas pelo PEE envolvem principalmente:

1. Uma combinação de políticas para garantir a fixação efetiva de preços das emissões de carbono em toda a economia da UE. Isto implica o alargamento do Regime Comunitário de licenças de emissão a outros setores, como os setores marítimo e do transporte aéreo. Será igualmente equacionada a inclusão do tráfego rodoviário e das emissões nos edifícios. A fim de reduzir as fugas de emissões de carbono, será proposto um mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras, que começará por selecionar uma série de setores e será gradualmente alargado;
2. Uma estratégia industrial da UE com um novo plano de ação para a economia circular, a fim de reduzir a produção de bens materiais na economia da UE e aumentar a reutilização e a reciclagem destes bens, que atualmente se cifra em escassos 12%. A conceção eficiente dos produtos existentes e dos novos produtos, em termos de recursos, deve ser promovida através de uma política de "produtos sustentáveis" que inclua incentivos financeiros e regulamentação.
3. Em 2020, será adotada uma estratégia para a mobilidade sustentável e inteligente, a fim de alcançar uma redução de 90% das emissões dos transportes, até 2050.
4. Uma estratégia designada "Do Prado ao Prato", a apresentar na Primavera de 2020, a fim de aumentar a produção alimentar sustentável e diminuir a utilização de pesticidas químicos e de fertilizantes. Neste contexto, na UE, uma Estratégia de Biodiversidade

⁵ Adicionando os compromissos iniciais para o FVC de 5,6 mil milhões de dólares até 2019, esse número aumentaria para 3,75%.

⁶ <https://www.eea.europa.eu/publications/trends-and-projections-in-europe-1>.

⁷ https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/political-guidelines-next-commission_en.pdf.

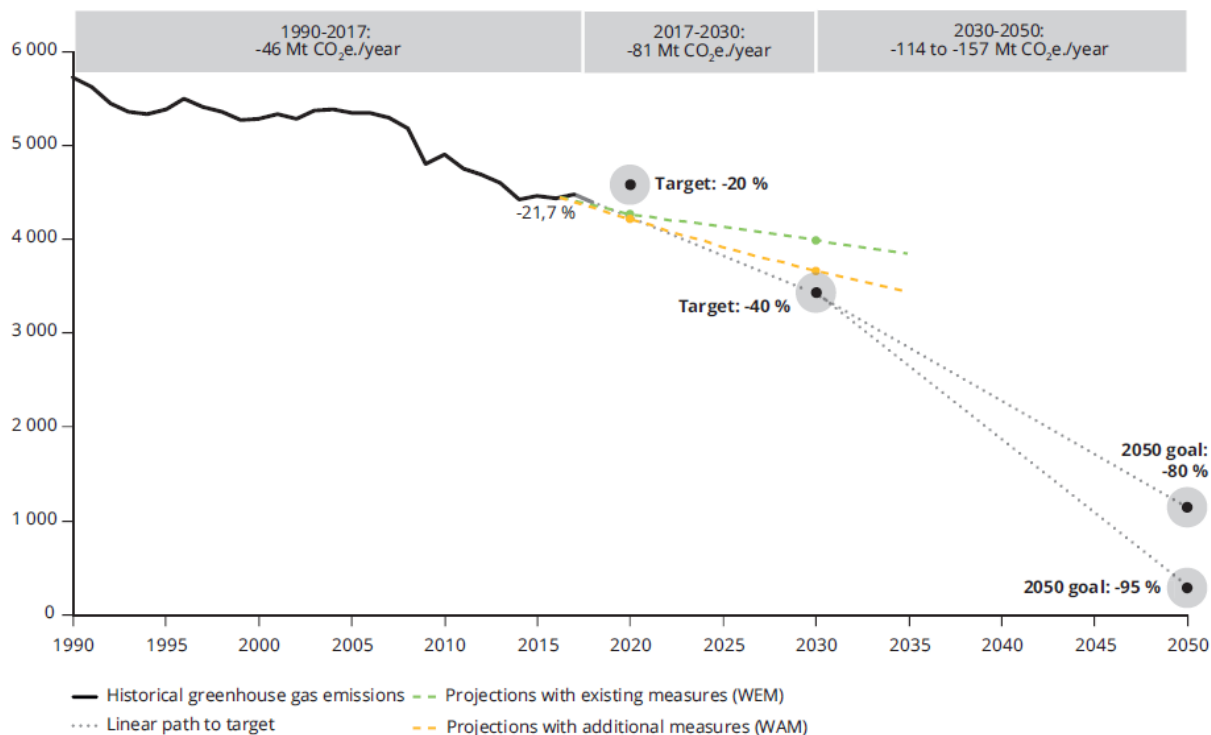
reforçará a proteção da biodiversidade e uma estratégia florestal aumentará a florestação e promoverá a preservação e a recuperação das florestas.

5. Quanto ao ar, água e solo, será adotado, em 2021, um plano de ação "poluição zero" com o objetivo de criar um ambiente livre de substâncias tóxicas. Para o efeito, uma estratégia em matéria de produtos químicos para a sustentabilidade deverá "combinar uma melhor proteção da saúde e do ambiente e, ao mesmo tempo, assegurar uma maior competitividade global [...], através da simplificação e reforço do quadro jurídico", o que parece ser uma abordagem algo contraditória.
6. As necessidades de financiamento do PEE — estimadas pela própria Comissão num montante anual de 260 mil milhões de euros, ou 1,5% do PIB da UE, até 2030 — serão satisfeitas através de uma combinação de medidas⁸. Estas incluem o lançamento do Plano de Investimentos para uma Europa Sustentável (PIES) no valor de 1 milhar de milhões de euros, que incluirá um Mecanismo para uma Transição Justa, no valor de 140 mil milhões de euros, destinado às regiões e setores mais afetados pela transição, em especial as regiões mineiras de carvão. A fim de financiar estes programas, 25% dos fundos do orçamento da UE serão consagrados ao clima e ações conexas, num total de cerca de 500 mil milhões de euros. Este montante fará gerar um cofinanciamento nacional no montante de 114 mil milhões de euros. Além disso, serão mobilizados fundos privados e públicos dos Estados-Membros, no montante equivalente a 300 mil milhões de euros, através de garantias de investimento concedidas pelo Fundo Europeu de Investimento, bem como através de empréstimos concedidos pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Este último assumirá o papel de banco do clima a nível da UE e duplicará os empréstimos relacionados com este. Note-se, contudo, que esta programação financeira tem ainda de ser acordada com os Estados-Membros da UE. Até à data, apenas 7,5 mil milhões de euros do montante total prometido no âmbito dos recursos orçamentais da UE representam dinheiro novo, sendo o restante proveniente da reafetação de outras verbas orçamentais e do investimento privado alavancado através de garantias públicas.

⁸ Ver *The European Green Deal Investment Plan and Just Transition Mechanism explained*, 14 de janeiro de 2020. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_20_24.

Gráfico 2: Tendências, projeções e objetivos em matéria de emissões de gases com efeito de estufa na UE, 1990 – 2050.

Million tonnes of CO₂ equivalent (Mt CO₂e)



Fonte: AEA: Tendências e Projeções na Europa 2019. Registo dos progressos alcançados na realização dos objetivos europeus em matéria de clima e de energia, Relatório da Agência Europeia do Ambiente 15/2019, p. 20.

O apoio financeiro para o PEE continua a ser, por enquanto, em grande parte, fictício. Nestas circunstâncias, é altamente incerto⁹ que a Comissão Europeia consiga estar à altura da sua pretensão de garantir uma transição justa que "não deixe ninguém para trás".

Não obstante uma série de propostas viáveis, o pacote de políticas do PEE fica assim aquém da resposta eficaz exigida pela dimensão dos desafios colocados, tanto pelas alterações climáticas como pela profunda crise social. A escala do PIES, por exemplo, será provavelmente demasiado limitada e o seu foco na alavancagem do investimento do setor privado não só é excessivamente otimista como é também enganador. Em vez do modelo de financiamento misto, em que os governos assumem os riscos, enquanto os investidores privados obtêm os lucros, o próprio setor público deveria assegurar os fundos necessários para o investimento socio-ecológico. O programa proposto pelo DiEM 25, com um valor total de 5 mil milhões de euros, financiado por "obrigações verdes" emitidas pelo BEI e garantidas pelo Banco Central Europeu (BCE), tem muito mais probabilidades de produzir os resultados

⁹ Contudo, deverá notar-se que a nova Comissão Europeia planeia igualmente implementar um certo número de políticas sociais, tal como indicado nas suas orientações políticas, nomeadamente a legislação para um salário mínimo europeu, o Sistema Europeu de Resseguro de Subsídios de Desemprego e o Fundo Europeu para Crianças Vulneráveis.

necessários¹⁰. A este respeito, o sucesso do plano da presidente do BCE, Christine Lagarde, de considerar as alterações climáticas como uma prioridade crítica da missão do BCE, será crucial para a viabilidade de uma política climática mais eficaz da UE¹¹. Igualmente importante é um processo transparente e participativo de atribuição de fundos aos projetos. As principais lições do *New Deal* de 1930 nos EUA são precisamente a de que uma liderança política forte bem como o envolvimento das bases sociais são fundamentais para ultrapassar a resistência dos interesses instalados e outros obstáculos ao longo do processo¹².

Embora as políticas do PEE discutidas até agora possam ser qualificadas como bem-intencionadas, mas insuficientes, outras propostas da Comissão von der Leyen são claramente erradas e devem ser rejeitadas. Mais importante ainda, as propostas subscrevem a agenda "profunda e abrangente" da política de comércio livre, em vigor desde 2006, e complementam-na com um apelo a um maior empenho em políticas de segurança comuns, bem como a controlos mais rigorosos nas fronteiras externas, sendo estes últimos promovidos sob o lema altamente controverso de "proteger o nosso modo de vida europeu". Estas propostas contradizem o compromisso declarado de promover o multilateralismo. Com algumas exceções, no programa de von der Leyen faltam em grande medida iniciativas concretas para promover a cooperação e a solidariedade internacionais. Para este fim, terá lugar o anunciado aumento de 30% do orçamento da UE para as ações externas, o que deverá, pois, ser acompanhado de perto e escrutinado pela sociedade civil progressista da UE.

Dada a sua premência, o EuroMemorandum deste ano defende um Novo Pacto Ecológico, corretamente concebido e suficientemente financiado, como a forma mais promissora de enfrentar as alterações climáticas a curto e a médio prazo. No entanto, estamos plenamente conscientes de que mesmo um Novo Pacto Ecológico progressista não será suficiente para ultrapassar a lógica expansionista do modo de produção capitalista. Para tal, a profunda transformação socio-ecológica necessária deve resultar na emergência de modos de produção e estilos de vida verdadeiramente sustentáveis, equitativos e democráticos. O Grupo EuroMemo esforçar-se-á por contribuir para este desafio intelectual e existencial nos próximos anos.

1 Políticas macroeconómicas da UE e as alterações climáticas

A evolução na zona euro e na economia da UE, em 2019, confirmou a quebra das expectativas da Comissão Europeia anunciadas no final de 2018. Com efeito, a economia europeia entrou num período de baixo crescimento-baixa inflação, com alterações estruturais significativas no setor da indústria transformadora e grandes divergências entre os Estados-Membros. A elevada incerteza é gerada, tanto por fatores globais, como

¹⁰ Adler, D., P. Wargan (2019). [Financing the Green New Deal for Europe. Mobilising the European Investment Bank to power Europe's green transition.](#) Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

¹¹ Ver <https://www.ft.com/content/61ef385a-1129-11ea-a225-db2f231cfeae>.

¹² Lehdorff, S. (2019). [Towards a "Green New Deal": Anything to learn from the New Deal of the 1930s?](#) Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

européus. As tensões comerciais internacionais multiplicam-se, quer devido ao confronto entre os EUA e a China em matéria de direitos aduaneiros, quer aos desacordos entre a Coreia do Sul e o Japão sobre bens cruciais para as cadeias de fornecimento de tecnologia e também devido às ameaças dos EUA de impor direitos aduaneiros às importações europeias. Na frente europeia, a saída da Grã-Bretanha da UE conduzirá a graves perturbações sectoriais nas economias europeias e implicará custos significativos para ambas as partes, a Grã-Bretanha e a UE. Acima de tudo, como salientou o economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, "o perigo é entrarmos num círculo vicioso de menos comércio e investimento, com uma maior incerteza"¹³.

Quadro 1: Previsões de Outono da UE de 2019

	PIB Real		Inflação		Desemprego		Balança Corrente		Saldo Orçamental	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Zona euro	1,1	1,2	1,2	1,2	7,6	7,4	3,3	3,2	-0,8	-0,9
UE	1,4	1,4	1,5	1,5	6,3	6,2	1,9	1,8	-0,9	-1,1
EUA	2,3	1,8	1,8	2,1	3,7	3,7	-2,5	-2,5	-6,7	-6,7

Fonte: Autumn 2019 Economic Forecast; https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-performance-and-forecasts/economic-forecasts/autumn-2019-economic-forecast-challenging-road-ahead_en.

Como mostra o Quadro 1, a economia europeia está a ter um desempenho relativamente modesto. Além disso, as previsões para cada Estado-Membro revelam diferenças significativas entre si, assinalando uma reação assimétrica à evolução externa.

Em particular, prevê-se que as maiores economias cresçam a um ritmo ainda mais lento do que a média, se é que não estagnarão. Assim, o PIB da Alemanha deverá aumentar 0,4%, em 2019, e 1%, em 2020, o da França 1,3% em ambos os anos e o da Itália apenas 0,1%, em 2019, e 0,4%, em 2020. Assim, embora se preveja que o crescimento económico de vinte dos Estados-Membros seja superior ao da média, a economia europeia no seu conjunto está a ser arrastada para baixo pelos três maiores membros com um menor desempenho económico.

Embora o desemprego na UE seja, em comparação com, por exemplo, os EUA, relativamente elevado, o emprego tem demonstrado um certo grau de resiliência e espera-se que assim continue no futuro próximo. Esta situação explica-se em grande medida pela reorientação para setores como os serviços, com menores incrementos de produtividade, menor remuneração dos trabalhadores e condições de trabalho flexíveis. Contudo, à medida que as pressões se intensificam, não é certo que esta tendência venha a proteger adequadamente o emprego. Além disso, numa base regional, as taxas de desemprego são bastante diversificadas, com o Sul da Europa a apresentar taxas de desemprego significativamente mais elevadas.

O desempenho comparativo da UE e dos EUA, tal como demonstrado pelos indicadores da balança corrente e do saldo orçamental (Quadro 1), revela as diferenças de combinações de políticas utilizadas em cada caso. A UE prossegue uma política orçamental

¹³ <https://www.oecd.org/economy/oecd-sees-rising-trade-tensions-and-policy-uncertainty-further-weakening-global-growth.htm>.

comparativamente restritiva e tem como um objetivo o excedente da balança corrente. De facto, os indicadores médios da UE apresentados no Quadro 1 são, de longe, excedidos pela Alemanha, que deverá registar um excedente da balança corrente de 7%, bem como um excedente orçamental de 1,2%, em 2019.

A incerteza do comércio mundial está a afetar fortemente o investimento empresarial na zona euro, uma vez que se trata de uma economia muito aberta e com uma elevada proporção de indústria transformadora nas suas exportações. De facto, prevê-se que seja negativa a contribuição das exportações líquidas para o crescimento do PIB da zona euro, em 2019, e quase neutra, em 2020.

Esta evolução pesa especialmente na economia alemã, particularmente orientada para a exportação, com a produção industrial a diminuir 4,3%, entre setembro de 2018 e setembro de 2019. Parte do problema da Alemanha, com o seu grande setor automóvel, deve-se a uma redução abrupta das vendas de automóveis a nível global, refletindo uma viragem, não só cíclica, como também estrutural.

A indústria automóvel é um exemplo de como a falta de uma abordagem política integrada das alterações climáticas pode causar danos. Em particular, as novas regras em matéria de emissões gasosas e a mudança para os veículos elétricos estão a penalizar o setor. Por exemplo, na Suécia, a regra do "bonus malus", que recompensa os compradores de automóveis com baixas emissões de carbono, está a prejudicar a procura de automóveis de maior cilindrada. A eliminação progressiva do gasóleo e o maior recurso aos sistemas de partilha de veículos está também a reduzir a procura de automóveis, especialmente os de maior cilindrada. Do mesmo modo, as metas de emissões definidas pela Alemanha para 2030 estão a pesar no seu setor de transportes.

Embora estas mudanças estejam na direção certa em termos de política de alterações climáticas, têm de ser acompanhadas por mudanças compensatórias ao nível da política orçamental e da política monetária.

No seu relatório anual apresentado ao Parlamento alemão, no início de novembro de 2019, o Conselho de Peritos Económicos, os conselheiros económicos de mais alto nível da Alemanha, instou o governo alemão a aumentar as despesas em infraestruturas e a reduzir os impostos. Instou também o governo a abandonar a sua política de equilíbrio orçamental, conhecida como "Schwarze Null", ou "zero negro", uma vez que isso o impediria de utilizar a política orçamental para estimular e reequilibrar a economia. Contudo, é pouco provável que tal aconteça a breve prazo, dado o carácter "sacrossanto" desta regra orçamental e do correspondente mecanismo de travão da dívida, que agora se aplica a todos os Estados-Membros da UE.

A zona euro não tem capacidade orçamental adaptada à união monetária, nem é capaz de tomar medidas orçamentais discricionárias que permitam o reforço dos estabilizadores automáticos, através, por exemplo, de um esquema de seguro de desemprego, uma questão que foi levantada no passado recente, mas que foi abandonada quase instantaneamente!

Com efeito, o atual impasse no que respeita ao orçamento da UE é indicativo da dificuldade em alcançar um consenso sobre questões que são vitais para a sobrevivência da União. A Comissão Europeia propôs um orçamento comunitário de 1,11% do rendimento nacional bruto (RNB) da UE27 para o próximo período orçamental (2021-2027), proposta que foi rejeitada pelos líderes europeus como sendo inviável. Os contribuintes líquidos, incluindo a Alemanha, a Áustria, os Países Baixos, a Suécia e a Dinamarca, são contrários a

transferências mais elevadas para a UE e pretendem, em vez disso, limitar o montante global a 1% do RNB da UE. Além disso, os Estados-Membros discordam não só da dimensão total do orçamento como também da atribuição de fundos para grandes envelopes de financiamento, nomeadamente os fundos para a coesão e para a agricultura¹⁴.

Por outro lado, a política monetária tem-se mantido acomodatória, enquanto os bancos centrais de todo o mundo passaram a adotar políticas de estímulo económico. O BCE renovou as suas aquisições de ativos líquidos a um ritmo mensal de 20 mil milhões de euros a partir de 1 de novembro de 2019, reduziu a taxa de juro da facilidade de depósito em 10 pontos base para -0,5%, ao mesmo tempo que introduziu o "two-tier system" (sistema dualista), em que parte das disponibilidades de um banco com excesso de liquidez fica isenta da taxa negativa da facilidade de depósito. Além disso, lançou uma nova série de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO III), a fim de assegurar a transição harmoniosa da política monetária e reforçar ainda mais a orientação acomodatória desta política.

Embora tais políticas tenham tido um efeito marginalmente positivo sobre o crescimento económico e sobre a recuperação da UE28 e da zona euro, a política do banco central mantém-se firmemente dentro dos termos de referência disfuncionais e perigosos do pensamento económico atualmente dominante, a economia "neoliberal" orientada pelo lado da oferta, ou seja, permissiva em relação à utilização da dívida privada para financiar fusões, aquisições, recompra de ações, bolhas de ativos insustentáveis, permissiva sobretudo em relação à financeirização e, por outro lado, obsessivamente intolerante quanto à dívida pública, como se encontra refletido na perigosa política de "travão da dívida"/ "zero negro".

Neste contexto, as alterações climáticas parecem estar fora do debate principal. Por exemplo, as Previsões de Outono da Comissão Europeia referem as alterações climáticas como um dos cinco "fatores estruturais" que contribuem especialmente para a baixa taxa de crescimento económico a nível global e europeu, sendo os outros quatro: o envelhecimento da população, as tendências de descida da produtividade, o abrandamento do crescimento na China e as tendências protecionistas.

Em termos de política macroeconómica da UE, o elemento central dessa política deveria consistir num importante programa de investimento público para promover uma transição ecológica e social para uma economia sustentável e equitativa. Em 2014, o presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, lançou um plano para mobilizar 315 mil milhões de euros de investimento privado, ao longo de vários anos, envolvendo um financiamento mínimo da UE. Chegando a 2019, o plano de investimento da UE expandiu-se substancialmente, mas continua a depender do financiamento privado e não dispõe de um planeamento estratégico.

Em consonância com outras propostas progressistas, o Grupo EuroMemo defende um programa de investimento público a 10 anos, equivalente a, pelo menos, 2% do PIB da UE (cerca de 320 mil milhões de euros) por ano¹⁵. O programa deve promover o investimento a

¹⁴ A brecha causada pela saída da Grã-Bretanha da UE encontra-se estimada em 12-14 milhares de milhões de euros anuais.

¹⁵ As seguintes propostas são de Mario Pianta, Matteo Lucchese e Leopoldo Nascia, em "The policy space for a novel industrial policy in Europe", setembro de 2019. Para um apelo sindical recente para um programa europeu de investimento justo e neutro, ver Reiner Hoffmann, presidente da Confederação Alemã dos Sindicatos, "It's time to get real about Europe's just transition", setembro de 2019.

nível europeu e a nível nacional e local. As prioridades globais devem ser determinadas pelo Parlamento Europeu, no âmbito de um debate exaustivo das prioridades de desenvolvimento, e devem visar a inversão dos acentuados desequilíbrios regionais na UE. Os domínios específicos de investimento devem incluir:

1. Proteção do ambiente e limitação do impacto das alterações climáticas, através da promoção de sistemas de transporte sustentáveis, da eficiência energética e das energias renováveis, da transição para uma produção agrícola sustentável e da desmilitarização;
2. Reforço de sistemas públicos de alta qualidade na educação, saúde e segurança social, disponíveis para todos os setores da sociedade;
3. Expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação e promoção da inovação que dê prioridade à segurança social e ao emprego, através daquilo a que a OIT chama "bom trabalho".

As decisões de detalhe sobre a afetação de recursos a nível nacional e local devem ser tomadas por organismos democraticamente escrutináveis ao nível respetivo. Em cada país, um Banco de Desenvolvimento Nacional ou instituição nacional similar, existentes ou a criar, deverá ser responsável pelo financiamento e pela implementação da estratégia de investimento a nível nacional e regional. O financiamento do programa deve ser mobilizado através do recurso a *Eurobonds*, a empréstimos do BCE e a um imposto sobre as grandes empresas a nível da UE.

Por último, mas não menos importante, é necessário reequacionar o mandato do BCE para que este possa contribuir para enfrentar as alterações climáticas. De facto, está em curso um debate entre os bancos centrais sobre o seu papel na integração dos fatores ambientais, sociais e de governança no sistema financeiro. Por exemplo, em 2017, 46 bancos centrais e reguladores aderiram à Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro, lançada por Mark Carney, o então Governador do Banco de Inglaterra. O BCE, com a sua vasta carteira de ativos, está, por excelência, em posição de assumir um papel de liderança para garantir que as alterações climáticas se concretizem de forma eficaz e eficiente.

2 Alterações climáticas, políticas urbanas e agrícolas

Dois dos problemas ecológicos mais fundamentais do nosso tempo são as alterações climáticas e a perda de biodiversidade. O debate sobre as alterações climáticas tem vindo a relativizar a questão da biodiversidade, ignorando, frequentemente, as interligações entre ambos: a perda de biodiversidade reforça o impacto das alterações climáticas e enfraquece a resiliência contra as alterações climáticas. Ambas as questões são conhecidas dos cientistas há mais de 120 anos.

A UE, com as suas estratégias económicas e comerciais, as suas políticas de alargamento e desenvolvimento, com as ações militares e de "segurança" dos seus Estados-Membros e as suas próprias ações neste domínio, conduziu a uma agudização destes problemas. A UE e os seus Estados-Membros têm uma enorme responsabilidade pelos atuais problemas da humanidade e falharam em tomar medidas urgentes para resolver os mais graves destes problemas, nomeadamente o aquecimento global, a perda de biodiversidade, a pobreza, a violência contra as pessoas e as suas condições de vida. Até há pouco tempo, pelo menos, não estavam dispostos a implementar os pacotes de estímulos económicos necessários para lançar programas de transformação socio-ecológica que permitam criar empregos decentes

a uma grande escala. Ao longo dos anos, foram apresentadas muitas propostas para tais iniciativas e, em particular, várias propostas para um Novo Pacto Ecológico. A nova Comissão anunciou, em dezembro de 2019, o PEE, embora com uma ambição limitada, conforme visto na Introdução.

Ao ritmo atual de redução dos gases com efeito de estufa, a UE precisaria de cerca de 170 anos para atingir o seu objetivo mínimo de redução de 80% até 2050, em relação a 1990. Para atingir o objetivo de redução de 95%, seriam necessários cerca de 350 anos. Segundo os estudos científicos mais recentes: "[...] identificamos a meta da subida média global do nível do mar até 2300 a partir das emissões históricas desde 1750, bem como os atuais compromissos de Contribuições Nacionais Determinadas (CND) ao abrigo do Acordo de Paris até 2030. Os nossos estudos indicam que as emissões de gases com efeito de estufa durante este período de 280 anos resultarão em cerca de 1 metro [já] de aumento médio global prometido do nível do mar até 2300, correspondendo a compromissos de emissões de CND, de 2016 a 2030, de cerca de 20 cm ou 1/5 desse compromisso. Verificamos também que 26 cm (12 cm) do compromisso previsto de subida do nível do mar em 2300 podem ser atribuídos às emissões dos cinco principais países emissores [...] durante o período 1991-2030 (2016-2030). Os nossos estudos demonstram que as emissões globais e de países individuais causarão, só nas primeiras décadas do século XXI, uma subida substancial do nível do mar a longo prazo¹⁶. Pessoas terão de fugir da subida das águas, enquanto outras serão forçadas a mudar-se devido à falta de água potável e ao avanço da aridez. É um grande desafio conseguir uma ação rápida contra a destruição crescente. Assim, é essencial encontrar formas de agir agora de uma forma combinada e enérgica contra estas tendências destrutivas. Os anteriores relatórios EuroMemorandum contêm muitas propostas concretas para uma abordagem combativa para resolver estes problemas.

O Grupo EuroMemo apoia os esforços de outros no sentido de promover um Novo Pacto Ecológico progressista. O DiEM25, por exemplo, propôs um Novo Pacto Ecológico de largo espectro, envolvendo uma série de contribuições¹⁷. Isto vem ao encontro de várias propostas feitas no passado pelo Grupo EuroMemo, especialmente no que diz respeito ao modo de financiamento proposto: obrigações ecológicas emitidas pelo BEI. Estes instrumentos permitem ao BEI angariar montantes significativos sem infringir as regras orçamentais da Europa. Garantidas pelo BCE, as obrigações são um investimento seguro para os aforradores predispostos e fundos de pensões europeus, enquanto carregam fundos inativos para regiões do continente que sofrem de surtos de desemprego, pobreza e degradação climática e ambiental¹⁸. Dada a provável enorme resistência de alguns interesses poderosos em atrasar a ação séria e urgente para uma transição ecológica e socialmente sustentável, é ainda mais premente a necessidade de desenvolvimento e reforço das propostas progressistas para um Novo Pacto Ecológico genuíno e transformador, nomeadamente a forma de o conseguir. As seguintes propostas, entre outras, poderiam contribuir para tal:

¹⁶ Clark, Peter U., Gütschow, Johannes, Meinshausen, Malte, Mengel, Matthias, Nauels, Alexander, Schleussner, Carl-Friedrich (2019). *Attributing long-term sea-level rise to Paris Agreement emission pledges*, PNAS, 18 de novembro de 2019, 116 (47) 23487-23492; primeiro publicado em 4 de novembro de 2019. <https://doi.org/10.1073/pnas.1907461116>.

¹⁷ DiEM25 (2019). *Green New Deal for Europe: A Blueprint for Europe's Just Transition*, Draft for Public Consultation.

¹⁸ *Ibid.*

- 1. Criação de um fundo de investimento da UE:** Um verdadeiro Novo Pacto Ecológico exige investimentos sem precedentes para a transformação socio-ecológica. Uma meta de despesa global deve incluir aumentos substanciais nos programas de financiamento da UE que beneficiem o ambiente. Os fundos da UE devem ser impedidos de fomentar quaisquer projetos prejudiciais ao clima, como as infraestruturas de gás de origem fóssil. Deveriam ser abolidos os subsídios ecologicamente nocivos a nível da UE — no âmbito do financiamento de combustíveis fósseis, das políticas comerciais, da Política Agrícola Comum (PAC), dos Fundos de Desenvolvimento Regional, do programa "Ligar a Europa". Os meios financeiros libertados destas medidas, os do futuro imposto comunitário sobre o carbono e outros impostos ecológicos, bem como as obrigações ecológicas, deveriam contribuir para este fundo de investimento da UE. O fundo seria utilizado para investimentos socio-ecológicos que criariam empregos de boa qualidade. Os Estados-Membros e as regiões economicamente mais frágeis da UE deveriam ser os maiores beneficiários destes investimentos.
- 2. Melhoria do Regime Comunitário de Licenças de Emissão da UE antes da sua eliminação progressiva, bem como um imposto sobre o carbono:** O regime comunitário de licenças de emissão é ecologicamente ineficaz e não é justo. O primeiro passo deveria ser a redução do volume de licenças de emissão disponíveis. Isto pode ser feito através da compra das licenças pelos governos, que procederiam à sua eliminação. Depois, poderia ser introduzida a sua substituição gradual por impostos ecológicos, especialmente um imposto sobre o carbono. Este imposto europeu sobre as emissões de carbono seria uma taxa aplicada à queima de combustíveis à base de carbono (carvão, petróleo, gás). Poderia tornar-se um instrumento central da política de redução e eliminação da utilização de combustíveis fósseis. Uma abordagem interessante poderia consistir em que a medição das emissões de gases com efeito de estufa neste contexto não fosse organizada ao nível micro do emissor, mas sim ao nível macro, combinando as emissões diretas de combustíveis fósseis dos membros da UE e a produção indireta de energia fóssil em produtos importados¹⁹. Este imposto sobre as emissões seria incorporado na estrutura administrativa da UE. A cobrança do imposto seria organizada a nível dos Estados-Membros, sendo as receitas transferidas para a Comissão, no âmbito de um Fundo Fiscal especial. As receitas seriam redistribuídas pelos Estados-Membros, de acordo com a sua quota-parte no total das emissões de CO₂ da UE. O nível do imposto aumentaria até que os objetivos de redução fossem alcançados, enquanto seriam contrariados os efeitos regressivos. Esta medida teria de ser organizada de forma conscienciosa e combinada com outros instrumentos económicos e regulamentares, de modo a ajudar a combater a pobreza, a perda de biodiversidade e a poluição do ar, da água e dos sistemas ecológicos em geral.
- 3. A nova eletricidade necessita de novos instrumentos:** Para utilizar eletricidade produzida a partir de energias renováveis cujo abastecimento é intermitente, é necessário estabilizar o abastecimento utilizando uma capacidade substancial de armazenamento. A fiabilidade do fornecimento de eletricidade é um bem público e deve

¹⁹ Huppés, Gjalte (2019). New institutions design for effective EU climate policy. Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019; Huppés, G., Deetman, S., Huele, R., Kleijn, R., de Koning, A., van der Voet, E. (2017). Strategic design of long-term climate policy instrumentations, with exemplary EU focus, *Climate Policy*, 17(S1), S8-S31. doi:10.1080/14693062.2016.1242059.

ser assegurada pelas autoridades públicas. Três pontos são especialmente significativos neste contexto: 1) A propriedade das redes de distribuição na UE é muito diversificada; além disso, os sistemas fiscais e as regras do mercado são muito diversos entre os Estados-Membro²⁰. 2) São necessários investimentos consideráveis para a quantidade muito elevada de eletricidade solar e eólica intermitente e não distribuível, bem como para a capacidade adicional de reserva necessária. 3) A questão do armazenamento das energias renováveis produzidas necessita de mais investigação e desenvolvimento. A igualdade de acesso físico à infraestrutura para todos deve ser introduzida como princípio. Os investimentos subsidiados na distribuição de hidrogénio para o transporte de pilhas de armazenamento de combustível poderiam ser úteis para criar a aprendizagem necessária nesse domínio²¹.

- 4. Uma outra abordagem quanto à utilização dos solos e à silvicultura:** O recente relatório quinquenal da AEA sobre o estado do ambiente na Europa, de dezembro de 2019, mostra que as atuais práticas agrícolas e silvícolas estão a degradar ainda mais os terrenos²². Observa-se que a saúde das florestas europeias se agravará até 2030 e que as perspetivas de cumprimento dos objetivos de 2050 — nomeadamente a proteção e a recuperação das florestas e a adoção de práticas florestais mais sustentáveis — correm o risco de descarrilarem, levando a crises na biodiversidade e no clima. Os incentivos à utilização da madeira como bioenergia têm vindo a agravar a situação desde 2010 e devem ser abolidos. Todas as zonas florestais estão sujeitas a pressões crescentes devido ao desenvolvimento de infraestruturas como as estradas, o que, aliado a práticas de gestão de uso intensivo, estão a causar perdas na biodiversidade. O plano de recuperação da natureza proposto no PEE deveria incluir o apoio a florestas e espécies arbóreas locais diversificadas, à redução da pressão dos pastos e corredores de infraestruturas ecológicas. Tal não será conseguido se for introduzido, como previsto, o princípio "one in, one out", que limita a regulamentação europeia (ver o capítulo final). Com efeito, este princípio contrariaria uma política de melhor proteção e de expansão essencial das áreas de cultura biológica. A integração das preocupações de biodiversidade em todos os setores económicos e a sua inclusão nas políticas sectoriais é crucial, especialmente para a agenda da biodiversidade pós-2020 — nomeadamente no comércio e na agricultura sustentável, em especial na agroecologia, na silvicultura e na caça, nas pescas, no ordenamento do território, na energia, nos transportes, na saúde, no turismo e no setor financeiro, incluindo os seguros. Uma abordagem integrada entre setores e fronteiras administrativas implicaria uma aplicação mais ampla da gestão baseada nos ecossistemas e de soluções alicerçadas na natureza²³.
- 5. A política alternativa a nível local, regional e urbana:** Há muito pouco investimento na transformação socio-ecológica; além disso, há alguns indícios de que os investimentos neste domínio tendem a contribuir para a desigualdade social. No quadro do investimento social da UE, os responsáveis políticos têm tentado resolver os problemas trabalhando com empresas capitalistas. No entanto, a nível local e regional, deve ser dada prioridade à perspetiva das pessoas em geral. É imperativo tirar partido da sua

²⁰ Huppés, Gjalt (2019). New institutions design for effective EU climate policy. Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

²¹ *Ibid.*

²² European Environment Agency (2019). The European environment - State and Outlook 2020: Knowledge for transition to a sustainable Europe, Copenhaga, Dinamarca.

²³ *Ibid.*, p. 90.

experiência e do seu potencial e dar-lhes poderes para lidarem coletivamente com problemas de desigualdade, com base na noção de solidariedade coletiva²⁴. Esta é também a única forma sustentável de lidar com a complexidade do processo de transformação socio-ecológica. Além disso, as mudanças necessárias para reduzir as emissões de carbono estão ligadas à dinâmica socioeconómica, ao desenvolvimento das infraestruturas e aos processos industriais, bem como aos valores culturais específicos e às atitudes pessoais. A fim de privilegiar-se as mudanças necessárias e avaliar os efeitos dessas medidas, é necessário um conjunto de indicadores nos domínios cultural, socioeconómico e biofísico. Estes indicadores são especialmente necessários para um debate sério sobre as divergências entre os metabolismos sociais e industriais nas regiões e sobre a forma como estes são determinados pelas autoridades políticas a diferentes níveis espaciais, pelo historial industrial e pela disponibilidade de recursos naturais. Tais divergências indicam que as políticas de transformação ecológica terão de se focar nas configurações regionais em todos os países e abordar as suas vulnerabilidades estruturais. A visualização da "roda ecológica" (*doughnut*, no original, representação em forma de roda ou bolo donut em que são inscritos de forma concêntrica os elementos da problemática ecológica) de indicadores regionais com os seus dezoito indicadores²⁵ poderia, de facto, ser um bom instrumento para melhorar a compreensão dessas configurações e ajudar a elaborar um roteiro para um metabolismo social sustentável²⁶. O desafio consiste agora em utilizar esses instrumentos para organizar um debate democrático e para trabalhar coletivamente nesse roteiro, com ênfase específica na integração dos grupos socialmente mais frágeis, capacitando-os para uma participação ativa.

3 Mercado de trabalho e políticas sociais

Com o final da década, tornou-se claro que a estratégia Europa 2020, publicada em março de 2010, não conseguiu efetivamente atingir um dos seus objetivos mais centrais e importantes (e, de resto, o único objetivo real relacionado com a política social). Num contexto de "crescimento inteligente, sustentável e inclusivo", tinha sido fixado um objetivo de redução do número de cidadãos da UE em risco de pobreza em, pelo menos, 20 milhões. No entanto, a pobreza não diminuiu em muitos Estados-Membros e há ainda cerca de 113 milhões de pessoas em risco de pobreza (cerca de 59 milhões das quais mulheres, 53% do total); a política social da UE não conseguiu induzir uma melhoria ao nível da inclusão. Além disso, a política social e as políticas do mercado de trabalho estão inextricavelmente ligadas. Neste contexto, é alarmante que a pobreza de quem trabalha esteja também a aumentar na

²⁴ Stigendal, Mikael (2019). [Approaches To Capital In The Socio-Ecological Transformation](#). Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

²⁵ A avaliação das regiões baseia-se no quadro de análise do *Safe and Just Operating Space*, de acordo com Raworth (Raworth, Kate (2012). *A Safe and Just Space for Humanity*. Oxfam Discussion Papers, Oxfam; (2017). *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. London: Random House). A abordagem propõe uma representação das falhas ambientais e sociais e da evolução dos metabolismos atuais, sob a forma de um bolo donut (bolo em forma de rodilha, com diagramas concêntricos).

²⁶ Isto é, as trocas energéticas e materiais que ocorrem numa sociedade capacitando-a para ser criada e reproduzida. Ver Dallaire-Fortier, Clara Lea (2019). [Doughnuts for Transition: Regional Divergence on the Eve of a Green New Deal in the Developed World](#). Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

Europa. Embora a prevenção deste tipo de pobreza seja vista como parte do objetivo de reduzir a pobreza global na UE, a proporção de pessoas empregadas em risco de pobreza tem aumentado continuamente; em 2018, 9,6% de todos os trabalhadores da UE28 viviam em agregados familiares em risco de pobreza²⁷. O EuroMemorandum de 2019 sublinhou a contradição inerente entre, por um lado, a proteção social adequada e o emprego sustentável, regido principalmente a nível dos Estados-Membros, e, por outro, o quadro de sustentabilidade financeira estabelecido através das regras da UE. Zeilinger e Reiner demonstraram que o Semestre Europeu conduziu a um declínio global da taxa de crescimento anual das despesas sociais²⁸. Tal como se pretendia, as políticas sociais tornaram-se subordinadas à primazia do equilíbrio dos orçamentos públicos. No capítulo deste ano do EuroMemorandum sobre o mercado de trabalho e as políticas sociais, a tónica inicial é colocada numa avaliação crítica do investimento social que se tornou bastante central na estratégia de política social da UE. Em seguida, o debate centra-se nas dimensões específicas da política social, nomeadamente numa análise crítica do regime italiano de "rendimento básico universal" e das questões de género nos desenvolvimentos da política social. A fim de também apresentar sugestões concretas de alternativas, o capítulo apresenta nessa sequência os contornos de um esquema de garantia de emprego, uma proposta que é certamente controversa, mas que constituiria um contraponto interessante às políticas ativas do mercado de trabalho orientadas pelo lado da oferta. O capítulo é encerrado com mais sugestões e um apelo para uma política social e do mercado de trabalho verdadeiramente social, inclusiva e sustentável.

Políticas sociais e do mercado de trabalho na UE — um dilema entre duas situações indesejáveis

O paradigma do investimento social, que tem vindo a sustentar grande parte do recente discurso da política social a nível da UE, procura criar uma ponte entre os princípios fundamentais da proteção social, por um lado, e, por outro, uma política ativa do mercado de trabalho orientada pelo lado da oferta, geradora de mais empregos. Em 2013, a UE lançou o Pacote de Investimento Social (PIS), em resposta à crescente pobreza e exclusão social, com o objetivo de combater a pobreza e as exclusões sociais e as do mercado de trabalho²⁹. Identificaram-se vários problemas estruturais nos Estados-Membros: despesas com a segurança social e pressão sobre as finanças públicas; demografia e qualificações desadequadas e os consequentes desequilíbrios do mercado de trabalho. As políticas do mercado de trabalho do PIS têm estado estreitamente ligadas às políticas orçamentais e de benefícios sociais, com um objetivo claramente declarado de "tornar o trabalho mais compensador do que viver de subsídios". O PIS tem também uma agenda de género, com o objetivo de aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho. Foram feitas

²⁷ Dados do Eurostat. Ver Pena-Casas, R., Ghailani, D., Spasova, S., Vanhercke, B. (2019). In-work poverty in Europe: A study of national policies, European Social Policy Network, Brussels: European Commission. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8214&furtherPubs=yes>; European Commission (2019). In-work poverty in Europe: A study of national policies, 24 de maio de 2019. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=738&langId=en&pubId=8214&furtherPubs=yes>.

²⁸ Zeilinger, Bernhard, Christian, Reiner (2019) "Trajectories of reforming European welfare state policies under the post-2008 socio-economic governance regime". In: Stefanie, Wöhl, Elisabeth, Springler, Martin, Pachel, Bernhard, Zeilinger (eds.) (2019). The State of the European Union. Post-crisis Policy Responses? Springer: Berlin.

²⁹ European Commission (2013). Towards Social Investment for Growth and Cohesion - including implementing the European Social Fund 2014-2020, COM (2013) 83 final.

críticas importantes contra a forte dependência do PIS relativamente às políticas sociais da UE³⁰. Por exemplo, o investimento durante um período de austeridade nas contas públicas implica geralmente cortes no orçamento global das despesas sociais, que prejudicam as necessidades correntes das famílias em dificuldades económicas e sociais, na esperança de incentivar a um maior esforço no trabalho e a um melhor salário no futuro³¹. No contexto de finanças públicas restritivas, as políticas ativas do mercado de trabalho estão mais próximas de uma política neoliberal de *making work pay* ou baseada na ideia de que deve haver "trabalho comunitário ou formação profissional em troca de benefícios sociais" do que de uma política de requalificação profissional e do desenvolvimento de mais e melhores empregos mais bem remunerados³². Outras críticas ao PIS prendem-se com o facto de negligenciar a inclusão e as coesão sociais dentro dos Estados-Membros e as diferenças entre eles, que é um subproduto das regras orçamentais estritas da união monetária e da recomendação vaga de prosseguir objetivos sociais, os quais continuam a ser da responsabilidade dos Estados-Membros, ao abrigo das regras da subsidiariedade³³. Basicamente, o PIS não consegue resolver a contradição inerente entre a proteção social a nível dos Estados-Membros e as regras de sustentabilidade financeira, que são estruturadas através das regras da UE. A violação das regras e metas financeiras está sujeita a sanções, enquanto os objetivos sociais continuam a ser "objetivos" cada vez mais discutidos na perspetiva de riscos sociais e não de direitos sociais básicos. No entanto, os direitos sociais deveriam ter teoricamente o mesmo estatuto das regras financeiras, devido ao presente Tratado, reconhecido na Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Ao mesmo tempo, a crise financeira e a recessão económica que se lhe seguiu fizeram inclinar ainda mais a balança em desfavor do trabalho e agravaram as condições de emprego que se desenvolveram na sequência de décadas de desregulamentação do mercado de trabalho e como resultado de políticas neoliberais na maioria dos países da UE. A flexibilidade do trabalho e a desregulamentação dos mercados de trabalho estavam na agenda dos países da UE muito antes da crise, em parte como consequência da entrada espetacular no mercado mundial de mão-de-obra barata da Ásia e da corrida internacional à redução dos custos laborais. A crise financeira e as frágeis recuperações a nível regional e nacional consolidaram esta tendência para uma maior flexibilidade dos contratos e outras alterações das condições de trabalho, o que enfraqueceu consideravelmente a posição negocial do trabalho face ao capital³⁴.

Um exemplo interessante de como se entrelaçam as ideologias da política social e da ideia de "trabalho comunitário ou de formação profissional em troca de benefícios sociais" é a iniciativa do Rendimento de Cidadania em Itália. Nos anos mais recentes, as políticas sociais italianas centraram-se no apoio ao rendimento dos pobres. Com base em experiências anteriores, o governo de centro-esquerda introduziu, em 2017-2018, o Rendimento de Inclusão, que evoluiu, em 2019, num governo populista, para uma nova medida rotulada, embora impropriamente, de Rendimento de Cidadania. Os recursos financeiros afetos a

³⁰ Para uma abordagem detalhada desta crítica, ver Messkoub, M. (2019). The financial crisis, poverty and vulnerability: from social investment to an EU social union, ISS working paper #647, agosto.

³¹ Morel, N., Palier, B., Palme, J. (eds.) (2012). Towards a social investment welfare state? Bristol: Polity Press, p. 15.

³² Bonoli, G. (2012). "Active labour market policy and social investment: a changing relationship". In: Morel, et al. (eds.) (2012).

³³ Lundvall, B-A., Lorenz, E. (2012). 'From the Lisbon strategy to Europe 2020' In: Morel, et al. (eds.) (2012), pp. 333-351.

³⁴ Messkoub, M. (2019). The financial crisis, poverty and vulnerability: from social investment to an EU social union, p. 9.

estas medidas aumentaram no orçamento de 2019, atingindo 7,5 mil milhões de euros, um montante sem precedentes dedicado à luta contra a pobreza em Itália. À data de setembro de 2019, tinham-se candidatado 1,5 milhões de famílias e foi concedido o benefício a 1 milhão delas, com um subsídio mensal médio de cerca de 500 euros por família³⁵. Sendo uma transferência de dinheiro sujeita a condição de recursos, o Rendimento de Cidadania é baseado no paradigma de que um benefício social deve ter como contrapartida trabalho comunitário ou formação profissional; é destinado também a contrabalançar o facto de os salários não poderem garantir frequentemente a proteção social contra a pobreza. A inclusão social é um dos objetivos centrais; ao mesmo tempo, há mecanismos específicos que se centram na exclusão dos imigrantes no acesso a este benefício social. Embora as políticas de rendimento básico incondicional tenham sido discutidas no EuroMemorandum de 2019, o caso italiano é bastante diferente, dada a sua forte condicionalidade e a tónica inicial na mobilização das pessoas para o trabalho. Globalmente, é evidente que as transferências de dinheiro não são uma panaceia fácil para resolver as contradições estruturais entre a proteção social e as políticas do mercado de trabalho orientadas pelo lado da oferta; a pobreza não consegue ser erradicada atirando dinheiro para os agregados familiares, sujeitando-os a condicionalidades severas, como se fosse uma doença que pode ser curada. Muitas vezes, o trabalho ou o dinheiro, por si sós, não são a resposta, se não forem complementados por serviços públicos destinados a permitir às pessoas lidar com todos os fatores que as tornam vulneráveis. A fim de tornar realistas as políticas inclusivas, que vão para além de estratégias pré-formatadas, o Grupo EuroMemo clama pelo reconhecimento do direito dos indivíduos a exigirem o acesso individualizado a serviços públicos de alta qualidade, em vez da imposição do dever de seguir prescrições de serviço público normalizadas, de baixa qualidade, como condição para beneficiarem de prestações pecuniárias.

No contexto do crescimento económico inclusivo, outro domínio crucial em que a UE não tem sido capaz de cumprir os objetivos sociais declarados é o da igualdade entre homens e mulheres. De acordo com o índice abrangente do European Institute for Gender Equality, um indicador composto que mede o complexo conceito de igualdade de género, a UE estava, em 2019, ainda longe de alcançar a igualdade entre homens e mulheres. A integração da perspetiva de género em diferentes áreas da política da UE é fragmentada e carece de continuidade. Os instrumentos de aplicação hoje corrente, como a avaliação de impacto de género, são utilizados com pouca frequência na elaboração das políticas³⁶. O Conselho sublinhou a necessidade de a Comissão consignar a igualdade de género como prioridade política no atual mandato, 2019-2024, e também em relação ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, bem como ao contexto mais geral dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU³⁷. Contudo, numa perspetiva crítica de economia política, uma estratégia de igualdade entre homens e mulheres que continue enraizada nas orientações políticas neoliberais não consegue captar, muito menos atenuar, as dimensões e as consequências sistémicas

³⁵ Marano, A. (2019). Social policies and workfare in the new Italian basic income scheme. Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

³⁶ Para detalhes adicionais, ver European Institute for Gender Equality (2019). <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2019>.

³⁷ European Council (2019). Gender-Equal Economies in the EU: The Way Forward - draft Council Conclusions ST 14254 2019 INIT, 22 de novembro de 2019. <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-14254-2019-INIT/en/pdf>.

fundamentalmente desiguais e altamente sexistas do mercado de trabalho e das políticas sociais. Duas ilustrações permitem aqui exemplos pertinentes. Como demonstra inequivocamente a economia feminista, as mulheres prestam mais cuidados pessoais não remunerados e mais trabalhos domésticos do que os seus parceiros masculinos, mesmo quando ambos estão empregados³⁸. A consequência desta divisão desequilibrada dos cuidados pessoais não remunerados e do trabalho doméstico entre os membros do agregado familiar é que as mulheres correm mais riscos do que os homens de experienciar falta de tempo. Embora os homens compensem o tempo que passam em atividades remuneradas delegando o trabalho doméstico a outros membros do agregado familiar, as mulheres tendem a ajustar a sua crescente participação no mercado de trabalho, reduzindo o tempo de lazer ou de descanso³⁹. Os trabalhadores por conta de outrem representam a grande maioria das pessoas que sentem falta de tempo. A análise sobre esta matéria evidencia o facto de que, por cada hora adicional de trabalho remunerado, a percentagem de mulheres com falta de tempo aumenta mais do que a dos homens. No contexto mais geral do debate sobre os direitos sociais, é necessário ter em conta esta falta de tempo e as suas consequências psicossociais e sociais. A reprodução social está no centro das desigualdades e das lutas sociais, sendo crucial que as políticas sociais se concentrem na natureza de género destes desenvolvimentos. Neste contexto, suscita-se uma questão importante, mas frequentemente negligenciada no âmbito da prestação de cuidados pessoais, nomeadamente o papel dos familiares, irmãos e irmãs, na prestação de cuidados a pessoas com necessidades especiais e/ou deficiências. Na ausência de uma política suficientemente detalhada e centrada sobre as possibilidades de vida independente, complementada com rendimentos pessoais adequados, o bem-estar das pessoas com necessidades especiais e/ou com deficiência⁴⁰ acabam muitas vezes por depender de irmãos e/ou de outros membros da família; neste caso, na maior parte das vezes, trata-se de trabalho não remunerado das mulheres. O que é necessário são políticas e orientações que protejam os direitos humanos fundamentais, fornecendo, simultaneamente, diretrizes europeias sobre a afetação de recursos e sobre a implementação de políticas para assegurar uma vida independente, com um plano de implementação progressiva, com prioridades claramente indicadas e com metas fixadas.

Alternativas e recomendações

Que alternativas podem ser discutidas para as políticas de proteção social e para as políticas do mercado de trabalho inclusivas e sustentáveis? Uma sugestão que está atualmente a ganhar (novamente) força, tanto no meio académico e intelectual, como nos círculos políticos progressistas, é a proposta de "garantia de emprego", destinada a cobrir as necessidades sociais e proporcionar empregos úteis, definidos a nível local e coletivo. O princípio central, tal como definido por Hyman Minsky, é o princípio de um Estado como

³⁸ Aloe', E., Corsi, M. (2019). The impact of time-poverty on employment decisions: A gender perspective, Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

³⁹ Burchardt, T. (2008). Time and income poverty CASereports (57). Centre for Analysis of Social Exclusion, LSE; Antonopoulos, R., Memis, E. (2010) Time and Poverty from a Developing Country Perspective, Levy Economics Institute Working Paper No. 600.

⁴⁰ Quattrocchi, A. (2019). Women and Siblings: Economic models of caregiving for sisters (and brothers) of atypical people. Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

"empregador de último recurso", em que o Estado central ou as autoridades locais se comprometem a proporcionar emprego a todos aqueles que estão dispostos a trabalhar ao nível do salário mínimo do setor público (e possivelmente acima, dependendo das qualificações exigidas para os empregos oferecidos). Não se trata de um sistema de "compensar subsídios com trabalho comunitário ou formação profissional", pois não implica uma obrigação de trabalhar; não substitui, mas complementa, os atuais regimes de subsídio de desemprego e de assistência social⁴¹. Uma característica de todas as atividades em causa é que têm lugar em setores onde as possibilidades de ganhos de produtividade são fracas ou inexistentes. Os empregos são em serviços de mão-de-obra intensiva, que geram efeitos úteis e que são imediatamente visíveis para a comunidade, em domínios como a assistência a idosos, crianças e doentes, melhorias urbanas (espaços verdes, mediação social, restauração de edifícios, etc.), ambiente, atividades escolares, iniciativas artísticas, etc., tendo como referência atividades que não requerem qualificações específicas. Como refere Minsky, o objetivo é "uma melhor utilização das capacidades atuais", em vez de as melhorar. Isto está em grande consonância com os objetivos de inclusão e de sustentabilidade que devem estar no centro das políticas sociais e do mercado de trabalho. O debate sobre a "garantia de emprego" voltou recentemente a ganhar destaque, em especial no contexto da Teoria Monetária Moderna como paradigma económico. Os exemplos de sistemas existentes, por exemplo em França ou na Grécia, fornecem sinais positivos; recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento também pegou na ideia. Embora haja muito a discutir criticamente, a proposta de "garantia de emprego" oferece certamente uma alternativa importante e progressista às políticas do mercado de trabalho orientadas pelo lado da oferta.

Embora este possa ser um debate de mais longo prazo, a curto e a médio prazo há que dar prioridade à redução do tempo de trabalho e a políticas de salários mínimos diferenciados, em conjugação com o acompanhamento da negociação coletiva para resolver algumas das contradições resultantes do Semestre Europeu. O Grupo EuroMemo insiste em que as contradições entre a arquitetura monetária e a política social da UE devem ser geridas no pleno reconhecimento dos direitos sociais já assumidos. A inclusão social tem de estar no centro das políticas, incluindo uma tónica sustentada nas questões de género. Em vez de políticas mais orientadas para o mercado e destinadas a reforçar a competitividade, o que os cidadãos europeus precisam é de um debate político aberto e de decisões coletivas sobre a forma como querem trabalhar e viver de forma sustentável num mundo em que a proteção social e a crise ecológica se tornaram linhas vermelhas centrais.

A abordagem das metas a curto e a médio prazo da efetiva inclusão social e económica no mercado de trabalho e na política social é particularmente valorizada pelos imperativos do Novo Pacto Ecológico, que considera a justiça social, simultaneamente, como uma condição prévia e como um objetivo paralelo para a mitigação da emergência climática global.

⁴¹ Para detalhes adicionais, ver Durand, C., Lang, D. (2013). The State as the Employer of last Resort Global Labour Column Number 133, abril de 2013. <http://column.global-labour-university.org/2013/04/the-state-as-employer-of-last-resort.html>.

4 Implicações da economia digital para a Europa

Embora a "economia digital" possa desempenhar um papel fundamental na economia futura, não é muitas vezes claro se se está a falar de uma nova e radical mudança sectorial⁴² ou de um novo setor industrial ou de um novo modelo empresarial ou de uma mudança fundamental das estruturas sociais através da partilha em todos os domínios ou simplesmente de uma nova fase de racionalização. A primeira razão para esta variedade de opiniões é que o próprio termo engloba uma variedade de novas situações como, por exemplo, a chamada economia da partilha, do tipo da Uber e da AirBnB, os mercados eletrónicos como a Amazon e outros meios de transmissão comercial online, as cadeias de fornecimento transnacionais complexas ou a especulação bolsista de alta velocidade, para mencionar apenas algumas destas formas. Neste contexto, é inútil examinar os dados estatísticos standardizados, devido às contradições inerentes. O que é em todo o caso essencial é suscitar questões sérias sobre as ameaças decorrentes da desenfreada digitalização, orientada pela tecnologia, pelo mercado e pelo lucro, que as instituições da UE não tratam suficientemente e, nalguns casos, não tratam de todo, antes de fazerem um juízo equilibrado sobre o lugar das tecnologias digitais nos desafios existenciais, como as alterações climáticas e a biodiversidade, bem como num Novo Pacto Ecológico.

Da questão do emprego para um contexto mais vasto

O mercado de trabalho está certamente a atravessar um período de turbulência considerável. No entanto, atribuir isto apenas à economia digital é claramente simplista. Embora algumas perdas de postos de trabalho em empresas individuais possam certamente ser atribuídas à racionalização digital, encontramos, numa perspetiva mais ampla, reconfigurações importantes, tanto de setores industriais inteiros como de segmentos individuais dentro deles. A globalização como campo de batalha é agora altamente diferenciada. Isto significa que já não podemos falar simplesmente de países de "baixos salários". Em vez disso, estamos também a assistir a um processo de "brasileirização" nos países centrais do capitalismo, incluindo mesmo no núcleo dos países mais ricos da UE. Uma resposta europeia comum a estes desenvolvimentos tem sido obstinadamente evitada de fortes elementos de nacionalismo económico entre os Estados-Membros da UE, que reforçam a frequente tendência política para procurar vantagens competitivas nacionais em áreas como a evasão fiscal, zonas livres de impostos, formação de empresas fantasma e sigilo comercial, em vez de cooperarem para enfrentar os desafios da digitalização.

No entanto, o setor automóvel regionalmente integrado, bem como outros setores, constituem provas do fracasso e das ilusões dos "estados abertos competitivos" na tentativa de atrair e manter o investimento transnacional, demonstrando sobretudo o poder das grandes empresas no domínio da arbitragem fiscal e regulamentar, e a correspondente fragilidade de cada Estado, reforçando assim a necessidade de coordenação e harmonização das políticas, a única forma de gerir o perigoso potencial das tecnologias digitais, que vai desde a simples subestimação dos respetivos custos, considerados de forma restrita, até à maximização dos lucros para os acionistas.

A urgência de controlar a expansão colossal da transformação de aspetos da vida de todos nós em dados computacionais por empresas gigantes é sublinhada pelo recente aumento

⁴² Como no modelo de Clark (o desenvolvimento da agricultura para a economia industrial e para a economia dos serviços); cf. C. Clark (1940). *The Conditions of Economic Progress*. London: Macmillan.

das fusões e aquisições alavancadas nas grandes empresas e pela correspondente concentração e centralização de capital, procurando-se tanto ganhos de capital a curto prazo como vantagens monopolistas a mais longo prazo.

A dinâmica para novos produtos

Embora o capitalismo financeiro se tenha caracterizado por processos acelerados de concentração, não é, frequentemente, apenas propulsionado pela dinâmica dos fatores financeiros. Isto é visível em muitos setores que procuram novas fontes de lucro — em particular através do investimento em produtos fundamentalmente novos, baseados especialmente nas novas tecnologias "inteligentes". A "Internet das Coisas" está a crescer a um ritmo extraordinário, a "casa inteligente" está a ser profusamente promovida e os primeiros automóveis sem condutor já estão na estrada, mesmo que o seu futuro seja controverso. Isto pode significar inúmeras novas direções para numerosas indústrias. Este "impulso tecnológico" anda de mãos dadas com um "impulso económico-financeiro". O desenvolvimento e a comercialização de tais inovações tecnológicas por novas empresas envolvem elevadas entradas de capital de risco e altos níveis de risco como também níveis de rentabilidade potencial elevados. Por exemplo, "[o] boom das *lean platforms* é, fundamentalmente, um fenómeno do pós-2008. O crescimento desta área reflete-se muito claramente no número de negócios realizados por novas empresas em fase de arranque. Os negócios de capital de risco triplicaram desde 2009"⁴³. Muitas destas empresas, quando conseguem sucesso no domínio técnico e/ou acumulam muitos dados pessoais de clientes, são adquiridas pelas empresas gigantes.

O papel do Estado na orientação da trajetória da inovação e da investigação é extremamente importante no contexto de qualquer transformação socio-ecológica significativa ou Novo Pacto Ecológico, se a tecnologia tiver de ser moldada numa direção que dê prioridade aos bens públicos em vez do contínuo aumento do consumo.

Segurança social

Um problema visível e controverso associado à digitalização é o enfraquecimento ou a perda potencial da segurança social em sentido lato, dada a proliferação de formas de trabalho atípicas e precárias na economia digital. Até agora, o ponto de referência fundamental, tanto para a segurança social, como para as correspondentes disposições legais em matéria de pensões, saúde, desemprego e assistência social, tem sido o emprego regular, de longo prazo, com base no chamado dia de trabalho normal. Embora este continue a ser, pelo menos formalmente, a norma para uma maioria (em declínio) dos trabalhadores da UE, os processos de contratação ocasional e de precarização estão claramente a exercer pressão sobre um número crescente de agregados familiares, como o demonstra a persistência de uma verdadeira privação material na década que se seguiu à Grande Depressão e, sobretudo, o crescimento generalizado da categoria de "trabalhadores pobres". Ao mesmo tempo, a insegurança no emprego dá aos empregadores grandes oportunidades de reduzir tanto as despesas salariais como os custos marginais dos salários. Isto, por sua vez, aumenta a pressão sobre o setor público, sobretudo no financiamento dos principais pilares do bem-estar social nacional (ver capítulo 3 supra) e na regulamentação de práticas nocivas para o emprego. Também neste campo as infraestruturas sociais diferem significativamente no seio da UE bem como o potencial orçamental para as sustentar direta ou indiretamente. Não

⁴³ Srnicek, Nick (2017). Platform Capitalism.

obstante, é inegável que a viabilidade da maioria dos sistemas foi gravemente comprometida por mais de uma década de contenção orçamental, pelos desequilíbrios demográficos decorrentes do envelhecimento da população e pela crescente expansão do número de trabalhadores precários devido à economia digital e de outras formas de trabalho digital. A insegurança social das famílias pode agravar-se pela maior dificuldade em enquadrar legalmente os indivíduos no que toca a uma série de benefícios da segurança social e, em especial, às pensões de reforma, devido a certos esquemas de emprego criados com a digitalização.

Privacidade e controlo dos dados — um problema também para a democracia económica

Embora não se possa negar a utilidade de muitos aspetos do desenvolvimento recente das tecnologias inteligentes e da partilha de dados é necessário estar extremamente atento aos perigos que lhes estão associados. Tal como se justifica falar de um Modelo Renano de capitalismo europeu, e na medida em que a democracia económica dele faz parte, é urgente equacionar os níveis crescentes de vigilância e controlo no local de trabalho, enquanto ameaças reais a este modelo.

Além disso, a falta de um controlo democrático adequado da recolha e processamento de dados, a par de uma concentração extrema de empresas que os controlam, está a conduzir a uma estrutura que, em alguns aspetos, altera a organização das sociedades em matérias fundamentais: a dificuldade no acesso a bases de dados de uso comum, a acumulação extrema de riqueza, a falta de monitorização e controlo eficazes e também o retraimento, mais ou menos voluntário, do Estado. Estas mudanças têm paralelo e, em certa medida, são seguidas noutros domínios onde os responsáveis pelo interesse público deram passos atrás. É o caso da política social que foi privatizada como uma empresa comercial ou externalizada para grandes instituições de caridade e também do controlo político que é frequentemente entregue ao setor empresarial sob o pretexto da "responsabilidade social das empresas" ou da "governança empresarial". Além disso, quase todos estes desenvolvimentos tiveram o selo de aprovação da UE sob o paradigma do mercado livre.

A Comissão deu alguns passos positivos para contrariar os excessos desta tendência de criação de supra monopólios, que se comportam mais como reis dos ladrões do que como capitalistas, como é, por exemplo, os casos da Starbucks e da Apple. No entanto, por muito bem-vindas que sejam estas iniciativas da Direcção-Geral da Concorrência, continuam a ser iniciativas limitadas, mostrando poucos sinais em avançar para uma regulamentação europeia adequada dessas empresas no domínio digital; isso exigiria instrumentos que permitissem um controlo devidamente eficaz do desenvolvimento das indústrias digitais.

Recolha e tratamento de dados — uma ameaça para o ambiente

Um aspeto frequentemente esquecido no debate sobre o grande volume de dados é a ameaça para o ambiente que lhe está associada. Isto revela-se por três vias:

- Pela produção de *hardware* digital e seu consumo excessivo de matérias-primas — em parte não renováveis e difíceis de decompor após utilização.
- Pelo consumo de energia dos telemóveis e computadores, que já é elevado — em particular em relação a aplicações desnecessárias, muitas vezes desconhecidas, que se tornaram companheiras permanentes na nossa vida quotidiana, excedendo, possivelmente, a sua utilidade real em muitos casos. O culminar desta utilização excessiva de energia é, por sua vez, largamente ultrapassado pela energia necessária

para o funcionamento dos servidores utilizados para processar grandes volumes de dados ou moedas digitais, como o Bitcoin⁴⁴.

- Pelo aumento do comércio online, na senda do princípio do imediatismo ("entrega de bens/serviços, aqui e agora"), enquanto incentiva o consumismo (compras preditivas ou políticas de recomendações da Amazon do tipo "clientes que compraram este produto também compraram...").

A Economia Digital e o Pacto Ecológico

As tecnologias digitais têm claramente potencial para ajudar consideravelmente, em certos aspetos, a transformação socio-ecológica, nomeadamente as redes elétricas inteligentes para fazer a integração de energias renováveis, quando variáveis e dispersas, como também a partilha de transportes, ou a modelização científica, embora haja diferenças consideráveis quanto à questão de saber se deve ser a alta tecnologia a determinante ou se deve ser essencialmente subsidiária, como genericamente nas abordagens do pós-crescimento económico. Os documentos políticos da UE dão, frequentemente, a impressão de que tudo o que a tecnologia possa fazer de um ponto de vista de engenharia e que tenha um mercado potencial deve ser implementado, em vez de se considerar primeiro as necessidades humanas e depois aplicar estas tecnologias, muito flexíveis, na satisfação dessas necessidades. A AK, a confederação austríaca das organizações de trabalhadores e de consumidores, descreveu os objetivos da Europa Digital (2021-27), nomeadamente os objetivos detalhados, apresentados na proposta legislativa para a sua implementação, como tendo "um nível muito elevado de 'tecnocentricidade' e excluïrem a ideia de que "a investigação digital não deve preocupar-se exclusivamente com a inovação técnica, mas também com os seus efeitos na sociedade, nos cidadãos e nos trabalhadores, com o objetivo de se aproveitarem oportunidades na sociedade e minimizar os riscos"⁴⁵.

O documento do Pacto Ecológico da Comissão Europeia, de dezembro de 2019, menciona uma série de aplicações das tecnologias digitais neste contexto, algumas das quais serão desenvolvidas com a sua ajuda (por exemplo, a gestão do tráfego), outras que deverão resultar de alterações regulamentares (por exemplo, dos edifícios), e outras consideradas simplesmente oportunidades potenciais. Entre estas, há uma declaração a anunciar que a Comissão promoverá uma abordagem centrada na alta tecnologia, sendo uma aparente tentativa de assumir a liderança no domínio industrial (p.9). O documento afirma que, em março de 2020, "a Comissão adotará uma estratégia industrial para enfrentar o duplo desafio da transformação ecológica e da transformação digital" (p.7).

A utilização da Internet já ajudou a mudar a narrativa em favor da origem partilhada da dimensão da crise climática e da responsabilidade partilhada da humanidade para a enfrentar. Embora os interesses instalados e as estruturas de poder económico continuem a ser os maiores obstáculos a um Novo Pacto Ecológico eficaz, uma forte mensagem de

⁴⁴ Birgit Mahnkopf estima o consumo de energia pelos servidores de grandes volumes de dados em, aproximadamente, 416 terawatts, em 2016, mais do que todo o consumo da Grã-Bretanha, "The '4th wave of industrial revolution' — a promise blind to social consequences, power and ecological impact in the era of 'digital capitalism'", EuroMemo Group Discussion Paper 01/2019.

⁴⁵ AK Europa (2018). Programme "Digital Europe" 2021-2027, Position Paper, October, p.6; European Commission (2018). Proposal for establishing the Digital Europe programme for the period 2021-2027, COM (2018) 434.

resistência e de colaboração internacional está a ganhar força, em grande medida graças às comunicações digitais.

Conclusão

Controlar a economia digital e explorar o seu potencial implica um verdadeiro ato de equilíbrio, caracterizado pelos seguintes princípios:

- os dados digitais fazem parte dos bens comuns — são produzidos na esfera pública, pelo público, e precisam, portanto, de ser defendidos contra a apropriação privada;
- os dados digitais são matéria-prima, cada vez mais procurada para a produção de bens e serviços de interesse público;
- os dados pessoais são privados e têm de ser protegidos contra a vigilância;
- o sigilo/proteção dos dados tem de ser respeitado e, embora estes possam ser divulgados para determinados fins (por exemplo, no domínio do tratamento médico), o controlo tem de ser mantido inteiramente na esfera da pessoa em causa;

As instituições da UE colocaram claramente as suas cores no mastro de um Pacto Ecológico, pelo menos em termos retóricos, o que pode ser saudado em termos gerais. No entanto, continua a existir a contradição subjacente ao contínuo empenhamento da UE no objetivo de Lisboa, definido em 2000, de criar "a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo", por um lado, mas, por outro, "capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social". No contexto de uma transformação socio-ecológica, justifica-se fortemente o desenvolvimento de um conceito, sobretudo de vantagem cooperativa, que coloque menos ênfase no crescimento económico, inteligente ou não, e dê prioridade à promoção partilhada do investimento na área da justiça social e ambiental, no emprego, na formação e no pleno reconhecimento das funções sociais e familiares. A economia digital deve encontrar o seu lugar nesse contexto.

5 Obstáculos jurídicos à transição socio-ecológica

A transformação socio-ecológica, a médio prazo, e um Novo Pacto Ecológico, a curto prazo, exigem grandes esforços regulamentares. Atualmente, porém, há regulamentos que, possivelmente, são suficientes para minar, em vez de reforçar, esses esforços. Embora não se trate, de forma alguma, de uma lista exaustiva⁴⁶, indicamos neste capítulo uma série de importantes disposições legais e regulamentares que precisam de mudar para que a transição seja bem-sucedida e seguidamente uma lista de propostas políticas preliminares.

Direito comercial: Acordos de Comércio Livre

Nos últimos anos, a UE concluiu, ou está em vias de concluir, uma série de acordos de comércio livre (ACL). Alguns destes acordos (por exemplo, com o Canadá, o Japão ou o

⁴⁶ Por exemplo, o capítulo não cobre as disposições relacionadas com as políticas económicas e orçamentais da UE, dos impostos, do investimento, etc.

Mercosul) abrangem partes consideráveis do comércio mundial e tratam em profundidade os processos regulamentares das partes participantes. O seu principal objetivo é estimular o crescimento económico, ou o crescimento dos fluxos económicos globais, independentemente da qualidade desses fluxos e sem ter especificamente em conta as suas consequências sociais ou ambientais.

Juridicamente, estes acordos comerciais têm o estatuto de direito "internacional", ou seja, são quase impossíveis de alterar, especialmente na UE devido às suas regras internas de ratificação. Estes acordos conferem assim um peso muito forte, quase constitucional, a tudo o que neles se encontra. Dado que os ACL da UE estão plenamente investidos no paradigma do "crescimento económico", que, além disso, pode ser aplicado não só pelo Estado contraparte como também pelos seus investidores (ver infra), a UE, ao celebrar estes acordos, está a conferir o mais elevado estatuto constitucional a um objetivo não qualificado como é o objetivo do crescimento económico.

Mesmo que os ACL contenham capítulos sobre o "desenvolvimento sustentável", os mesmos carecem de disposições de aplicação obrigatória⁴⁷. Além disso, e apesar das alegações em contrário da Comissão Europeia⁴⁸, estes ACL podem ter um impacto considerável na capacidade interna de regulamentação da transição socio-ecológica, nomeadamente porque criam espaço para uma maior influência da comunidade empresarial nos processos de regulamentação⁴⁹.

O enquadramento legal dos investimentos

O enquadramento legal dos investimentos — ou seja, os capítulos relativos ao investimento nos suprarreferidos ACL, bem como os tratados bilaterais de investimento autónomos (TBI) — serão alguns dos principais obstáculos jurídicos à transição socio-ecológica, na medida em que conferem uma proteção legal considerável ao investimento em indústrias que terão de ser progressivamente eliminadas. Como? Em primeiro lugar, a proteção do investimento é neutra em relação ao tipo de investimento a que a proteção se aplica, conferindo níveis iguais de proteção às indústrias poluidoras⁵⁰. Em segundo lugar, o próprio nível de proteção do investimento é muito elevado, dada a interpretação extensiva destas disposições legais por diversos tribunais arbitrais — que beneficiam financeiramente de tais interpretações extensivas⁵¹. Finalmente, o enquadramento legal dos investimentos oferece proteção

⁴⁷ 'Trade and Sustainable Development Chapters in CETA — Think Tank,' acedido em 10 de novembro de 2019. [http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI\(2017\)595894](http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=EPRS_BRI(2017)595894).

⁴⁸ European Commission, Safeguards in CETA. https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2017/september/tradoc_156060.pdf.

⁴⁹ Marija Bartl, 'Regulatory Convergence through the Back Door: TTIP's Regulatory Cooperation and the Future of Precaution in Europe,' *German Law Journal* 18 (2017): 969.

⁵⁰ L. Ankersmit '[Assessing the EU's reform agenda on investment in CETA and the future Multilateral Investment Court](#)'. Artigo apresentado na 25ª Conferência Anual Sobre Políticas Económicas Alternativas na Europa, Paris, 26-28 de setembro de 2019.

⁵¹ Alessandra Arcuri, 'The Great Asymmetry and the Rule of Law in International Investment Arbitration,' SSRN. <https://papers.ssrn.com/abstract=3152808>.

apenas aos investidores — deixando as comunidades negativamente afetadas por esse investimento com pouca ou nenhuma voz⁵². Globalmente, isto significa que este enquadramento legal irá aumentar os custos da transição socio-ecológica para o público — a fim de compensar um punhado de grandes investidores que lucraram com a destruição do clima em primeiro lugar. Na nova proposta da UE de criação de um "Tribunal Multilateral de Investimento", não há nada que preveja a correção destas críticas.

O "princípio da inovação": minando a necessária lógica da precaução

O princípio da precaução da UE, que é uma atitude de prudência regulamentar face à incerteza científica, reveste-se de grande importância para a transição socio-ecológica. No passado, serviu de base para a introdução de regulamentação mais rigorosa sobre os pesticidas, os produtos químicos ou os aditivos alimentares na UE (em contraste, por exemplo, com os EUA ou o Canadá, que não dispõem desta proteção). No futuro, o princípio da precaução terá de se tornar uma base para repensar a economia de forma mais geral — se quisermos limitar os impactos negativos dos novos padrões dos processos de produção⁵³.

Dado o seu poder regulatório, o princípio da precaução é, há muito, contestado, sobretudo pela indústria química europeia e americana⁵⁴. No seu último e, até agora, bem-sucedido esforço, o *European Risk Forum*, um grupo de pressão que reúne as principais empresas químicas, do tabaco e do petróleo, conseguiu criar um "princípio da inovação"⁵⁵.

Este novo "princípio" visa tornar menos rígida a aplicação do princípio da precaução, dando especial atenção ao seu efeito na "inovação", ignorando o ponto de partida de que o próprio princípio da precaução se destina a moldar a inovação — no sentido benéfico e não no prejudicial. O Conselho e a Comissão, especialmente a Direção-Geral da Investigação e Inovação, têm estado dispostos a apoiar esta agenda industrial e a introduzir o princípio da inovação, tanto na legislação como nas orientações para uma melhor regulamentação (ver infra⁵⁶). Em combinação com o facto de os ACL da UE, como o CETA (Comprehensive Economic and Trade Agreement, com o Canadá), não incluírem o princípio da precaução⁵⁷ e abrirem vias adicionais para a sua mudança, o "princípio da inovação", se aplicado a fundo como previsto pela Comissão e pelo Conselho, pode constituir um obstáculo importante no caminho da transição socio-ecológica.

Melhor regulamentação e o princípio "one in, one out"

⁵² *Ibid.*

⁵³ Uma importante demonstração disso é a recente decisão do Supremo Tribunal dos Países Baixos no caso "Urgenda", que obriga o Estado Países Baixos a reduzir as emissões, interpretando o direito humano à vida e à vida privada à luz do princípio da precaução. Para consultar a decisão, ver <https://uitspraken.rechtspraak.nl/inziendocument?id=ECLI:NL:HR:2019:2006&showbutton=true&keyword=urgenda>; for English see here <https://uitspraken.rechtspraak.nl/inziendocument?id=ECLI:NL:PHR:2019:1026>.

⁵⁴ Por exemplo, The Innovation Principle – Stimulating Economic Recovery. http://www.riskforum.eu/uploads/2/5/7/1/25710097/innovation_principle_letter.pdf.

⁵⁵ Euromemorandum 2018, p.24; Corporate Europe Observatory, The 'innovation principle' trap, 5/12/18. <https://corporateeurope.org/en/environment/2018/12/innovation-principle-trap>.

⁵⁶ Ver, por exemplo, https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/file_import/better-regulation-toolbox-21_en_0.pdf.

⁵⁷ Stoll, Douma *et al.* 'CETA, TTIP and the EU Precautionary Principle,' EU Agenda. https://www.foodwatch.org/fileadmin/Themen/TTIP_Freihandel/Dokumente/2016-06-21_foodwatch-study_precautionary-principle.pdf.

"One in, one out": A proposta da nova presidente da Comissão de "one in, one out" (o princípio de que quando for proposta uma nova regulamentação deve ser eliminada uma regulamentação no mesmo domínio antes existente e com custo equivalente para as empresas)⁵⁸ bloquearia, por si só, a principal regulamentação necessária, numa série de domínios, para uma transição socio-ecológica e mesmo para o proposto Novo Pacto Ecológico e deveria, pura e simplesmente, ser retirada. A própria Comissão já anteriormente tinha referido que a proposta seria provavelmente dificilmente reguladora, levando a grandes atrasos e bloqueios na nova regulamentação e que não funcionaria nos seus próprios termos devido à natureza do processo regulamentar da UE⁵⁹.

Política Agrícola Comum

A transição ecológica no sector agrícola é um dos passos fundamentais para um futuro sustentável. A PAC da UE, que representa a maior componente de despesa do orçamento da UE, não contribui, no entanto, para um tal futuro ecológico. Até agora, a UE não estabeleceu quaisquer regras que estabeleçam uma ligação entre os subsídios da PAC e as suas ambições climáticas, apesar de a agricultura ser responsável por cerca de 10% das emissões de CO₂ na UE. Em vez disso, a distribuição dos subsídios é deixada aos Estados-Membros, que, ou estão sujeitos a pressões do forte setor agrícola nacional, adiando localmente a transição neste sector⁶⁰, ou são vulneráveis à corrupção em grande escala, como acontece frequentemente nos "novos" Estados-Membros⁶¹, de uma forma que deixa totalmente de lado os objetivos ambientais⁶².

Direito da concorrência e Auxílios de Estado

Todo o edifício da política de concorrência da UE assenta nas premissas da "eficiência do mercado" e de "bem-estar dos consumidores", baseando-se num entendimento muito restrito do papel do mercado (interno) na vida dos seus cidadãos. Embora o principal objetivo da (legislação) da concorrência seja garantir que os consumidores tenham acesso ao maior número possível de bens aos preços mais baixos, a legislação da concorrência continua a ignorar as características dos bens e serviços fornecidos ou o seu impacto ambiental ou social. Esta abordagem formal da concorrência está igualmente refletida no direito comunitário dos Auxílios de Estado, que impõe limites à capacidade dos Estados-Membros da UE para "ajudar" as indústrias ecológicas, na medida em que tal pode interferir com a alegada igualdade das condições de concorrência no mercado interno. No entanto, a transição socio-ecológica exigirá um investimento público considerável e a contenção de excessos de produção. O que é necessário, portanto, é uma concorrência "justa" que esteja em sintonia com as necessidades sociais e ambientais.

⁵⁸ European Commission, COM(2017) 651, p.10-11; SWD(2017) 675, p.43.

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ Ver, por exemplo, <https://www.destentor.nl/apeldoorn/teruglezen-boeren-in-protest-na-vandaag-kan-niemand-nog-om-jullie-heen~a61cf072/?referrer=https://www.google.com/>.

⁶¹ Ver <https://www.nytimes.com/2019/11/03/world/europe/eu-farm-subsidy-hungary.html>.

⁶² Buch-Hansen-Wigger, *The Politics of European Competition Regulation: A Critical Political Economy Perspective*, 1st Edition (Hardback), Routledge.

Propostas de políticas

A legislação para a transformação socio-ecológica exigirá uma reforma considerável do atual regime jurídico. No entanto, é necessário tomar de imediato várias medidas, para não se agravar ainda mais a situação:

- *Comércio*: Não ratificação do CETA ou do ACL UE-Mercosul e paragem da negociação de novos ACL que não se baseiem no conceito de sustentabilidade.
- *Lei dos Investimentos*: Abandono ou completa reestruturação dos acordos de investimento e dos capítulos sobre investimento nos ACL. Uma vez que o Tribunal Multilateral de Investimento não elimina a assimetria entre os investidores (estrangeiros) e todos os outros grupos, deve ser radicalmente reformulado ou abandonado.
- *Princípio da inovação*: O "princípio da inovação" deve ser retirado dos documentos jurídicos da UE e, em caso algum, a aplicação do princípio da precaução deve ser condicionada pelo "princípio da inovação", o qual é pressionado pelos lobistas das empresas. O princípio da precaução já orienta a inovação numa direção socialmente benéfica e é necessário para os grandes desafios futuros: alterações climáticas, biodiversidade, substâncias químicas disruptoras do sistema endócrino, biologia sintética, nanotecnologias, etc., bem como para o seu alargamento à regulamentação financeira.
- "One in, one out": Dada a amplitude das intervenções regulamentares necessárias para a transição socio-ecológica, a proposta da nova presidente da Comissão de "one in, one out" poderia, por si só, bloquear a regulamentação necessária numa série de domínios do Novo Pacto Ecológico e deveria, pura e simplesmente, ser retirada. A própria Comissão já anteriormente tinha indicado que a proposta seria provavelmente dificilmente reguladora, levando a grandes atrasos e bloqueios na nova regulamentação, e que não funcionaria nos seus próprios termos devido à natureza do processo regulamentar da UE.
- *Concorrência e Auxílios de Estado*: Concentração na equidade e não na eficiência e eliminação da concorrência nos setores em que é contraproducente (por exemplo, abastecimento de água). Alinhar as regras dos Auxílios de Estado pelos objetivos climáticos.

Contactos da Direção do Grupo EuroMemo:

Marija Bartl, Amsterdam (M.Bartl@uva.nl); Marcella Corsi, Rome (marcella.corsi@uniroma1.it); Judith Dellheim, Berlin (dellheim@rosalux.de); Wlodzimierz Dymarski, Poznan (vlodymar633@gmail.com); Marica Frangakis, Athens (frangaki@otenet.gr); John Grahl, London (j.grahl@mdx.ac.uk); Peter Herrmann, Changsha (herrmann@esosc.eu); Laura Horn, Roskilde (lhorn@ruc.dk); Aimilia Koukouma, Athens (aimillouko@hotmail.com); Jeremy Leaman, Loughborough (J.Leaman@lboro.ac.uk); Mahmood Messkoub, The Hague (messkoub@iss.nl); Ronan O'Brien, Brussels (ronanob@skynet.be); Werner Raza, Vienna (w.raza@oefse.at).

Declaração de apoio

Eu apoio a orientação geral, os principais argumentos e as propostas do

EuroMemorandum 2020 ***Um Novo Pacto Ecológico para a Europa -*** ***Oportunidades e Desafios***

_____ Sim

_____ Não

Nome: _____

Instituição: _____

Rua: _____

Cidade/País: _____

e-mail: _____

Gostaria de ser informado sobre o trabalho regular do grupo de trabalho e ser convidado para os seus encontros. Por favor, adicionem o meu e-mail à lista de endereços do Grupo EuroMemo.

_____ Sim

_____ Não

_____ Eu já pertenço à lista

Por favor, devolver este formulário ao Grupo EuroMemo por email para info@euromemo.eu.

Apelo a um apoio financeiro

Obrigado a todos os que apoiam financeiramente o Grupo EuroMemo. Para garantir que o nosso trabalhador administrativo possa ser remunerado, é importante que os apoiantes do Grupo EuroMemo contribuam. Por favor, considerem a possibilidade de fazerem um donativo para esta causa. Apelamos especialmente os apoiantes na zona euro para que contribuam com um donativo regular.

Gostaria de apoiar o trabalho do Grupo EuroMemo com um donativo:

único _ mensal _ trimestral _ semestral _ anual _

donativo de €_____.

Neste sentido, irei transferir um único donativo ou estabelecer uma sequência de donativos para a seguinte conta bancária:

Titular da Conta: EuroMemo Group
Banco: Bankhaus Schelhammer & Schattera AG
Morada do Banco: Goldschmiedgasse 3, A-1010 Vienna, Austria
IBAN: AT671919000000282632
BIC: BSSWATWW